



EDITAL Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0941/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Bom Jardim/RJ, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021** e demais legislações aplicáveis, e de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento, destinado à **Contratação de empresa(s) especializada(s) em Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos (Classe II), Coleta de Volumosos, Transbordo e Transporte até o Aterro Sanitário, bem como a Coleta Seletiva e Triagem dos Resíduos Recicláveis com fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme as especificações e demais condições constantes no **ANEXO I** deste edital e os seus Anexos, conforme cronograma abaixo:

<u>DATA DA ABERTURA DA SESSÃO</u>	<u>09 / 06 / 2026</u>
<u>HORÁRIO</u>	<u>09 h 31 min</u>
<u>LOCAL</u>	Portal Licitanet – https://www.licitanet.com.br/
<u>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</u>	MENOR PREÇO GLOBAL
<u>MODO DE DISPUTA:</u>	Aberto
Tão logo encerrada a Análise Preliminar das Propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (https://www.licitanet.com.br/)
O <u>intervalo mínimo</u> de diferença de valores entre os lances.	<u>R\$ 1.000,00</u>

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

LOCAL DA SESSÃO DO CERTAME: Plataforma LICITANET, através do sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Ressalta-se que o participante é único responsável pela garantia da integridade dos dados e informações por si remetidos, bem como pela manutenção, estabilidade e acesso à internet para sua participação na presente licitação.

MODO DE DISPUTA: Aberto

A Concorrência Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Concorrência Eletrônica (licitações) da LICITANET – Licitações On-line**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET – Licitações On-line” constante na página da internet. (<https://www.licitanet.com.br/>).

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados nos seguintes endereços eletrônicos:

1. no site <https://www.licitanet.com.br/>
2. no link <https://www.bomjardim.rj.gov.br>
3. no endereço de e-mail licitacao@bomjardim.rj.gov.br



O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico através do sítio <https://www.licitanet.com.br/> e no <https://www.bomjardim.rj.gov.br> independentemente de qualquer pagamento.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **RS 1.000,00.**

O encaminhamento dos documentos de habilitação e da proposta inicial poderá ocorrer até o dia **08/06/2026** no horário limite de início da sessão pública. Durante esse período, o licitante poderá incluir ou excluir os documentos anexados.

ALTERAÇÕES, SUSPENSÕES, ANULAÇÕES E REVOGAÇÕES, TOTAIS OU PARCIAIS:

Toda alteração que ocorra neste Edital e seus anexos, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação serão disponibilizados no Diário Oficial do Município e deverão ser consultados no endereço <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e na Plataforma Licitanet, através do endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

A Administração não se responsabiliza pela omissão dos interessados, pretensos licitantes, licitantes e/ou contratado(s) em acessar o e-mail informado ou não visualizar os sites supracitados e consequentemente desconhecer o teor das publicações.

DIVULGAÇÃO DE DADOS:

Diante do dever de publicidade, todas as licitantes bem como seus sócios, administradores e representantes, ao participar da licitação estarão permitindo a divulgação de seus dados, documentos e informações.

DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Poderão participar desta Concorrência os interessados que atendam aos requisitos do Edital.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, sendo: PT. 02.140.184520035.2.083, N.D.: 3390.39.00.00, conta 2334, 2335 e 2336, sendo os créditos orçamentários do ano de 2027 consignados no orçamento próprio.

DO OBJETO

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 – O objeto desta licitação é a contratação de empresa(s) especializada(s) em Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos (Classe II), Coleta de Volumosos, Transbordo e Transporte até o Aterro Sanitário, bem como a Coleta Seletiva e Triagem dos Resíduos Recicláveis com fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, cujas especificações se encontram detalhadas no Projeto Básico, constante no Anexo I do presente Edital.

1.2 A licitação será composta por um único lote, conforme tabela constante no item 1.4.3.

1.3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Vide Projeto Básico

1.4 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

1.4.1– O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.919.815,7648 (cinco milhões, novecentos e dezenove mil, oitocentos e quinze reais e setenta e seis centavos, aproximadamente)**, para o período de 12 (doze) meses.

1.4.2 – O preço poderá sofrer alteração:

1.4.2.1– em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d”, do inciso II, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.2.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

1.4.3 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO POR TONELADA r\$	VALOR GLOBAL R\$
01	1.1	<u>Coleta de Resíduos Domiciliares e Urbanos Classe II, Coleta de Volumosos e Transbordo</u> Área Geográfica do Objeto ● 1º distrito (sede): Bom Jardim ● 2º distrito: São José do Ribeirão ● 3º distrito: Banquete ● 4º distrito: Barra Alegre	- Ton/ Mês	7.406,64	545,81	4.042.618,1784
	1.2	<u>Transporte dos Resíduos Coletados até o Aterro Sanitário (destinação final)</u>	Ton/ Mês	7.406,64	169,48	1.255.277,3472
	1.3	<u>Coleta Seletiva e Triagem Simplificada dos Resíduos do Município de Bom Jardim.</u> Área Geográfica do Objeto ● 1º distrito (sede): Bom Jardim 2º distrito: São José do Ribeirão	- Ton/ Mês	48,36	12.860,22	621.920,2392
VALOR GLOBAL – GERAL						5.919.815,7648

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET.

2.2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na Plataforma LICITANET.

2.3 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte,



para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº. 123, de 2006 e do Decreto nº. 8.538, de 2015.

2.7 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS.

2.7.1 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a licitante deverá apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, explicitando:

- a) a composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;
- b) o objetivo da consorciação;
- c) o prazo de duração do consórcio não inferior ao da duração do contrato;
- d) a indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente licitação, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
- e) a declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação à presente licitação, e ao eventual contrato dela decorrente;
- f) as obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, até a extinção do contrato dela decorrente;
- g) que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- h) a designação do representante legal do consórcio.

2.7.1.1 – O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem anterior.

2.7.2 – O licitante deverá realizar a indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

2.7.3 – A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.7.4 – Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

2.7.5 – Fica impedida de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.7.6 – A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.8 – NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,



quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 – pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 – agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 – O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 – O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14 – A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



3.1 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por e-mail licitacao@bomjardim.rj.gov.br e pela Plataforma <https://www.licitanet.com.br/>. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

3.2 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.3 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas** (art. 55, §1º, da Lei 14.133/2021).

3.5 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.6 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

3.7 – Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

3.8 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.8.1 – A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4- DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 – O certame será conduzido pelo(a) Agente de Contratação, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 – Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

4.1.2 – Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

4.1.3 – Verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.4 – Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

4.1.5 – Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

4.1.6 – Indicar o vencedor do certame;

4.1.7 – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

4.1.8 – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

5. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL LICITANET

5.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.



5.2 As dúvidas e esclarecimentos sobre o credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

5.1.1 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET - Licitações online poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitanet.com.br/>.

5.1.2 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 2512-6500 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços (sem qualquer informação que identifique o licitante) por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".

6.2 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal <https://www.licitanet.com.br/>, que veiculará avisos, convocações, desclassificações dos licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário limite para o início da sessão, e os documentos de habilitação exigidos no edital, dentro do prazo em que forem solicitados.

7.2 O encaminhamento de proposta pressupõe também o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal, podendo ser prorrogado.

7.3.1 Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

7.3.1.1 Os serviços executados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e no Projeto Básico.

7.3.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse da Administração esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.4 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR GLOBAL**

7.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico;

7.5.2 O preço ofertado pela licitante para os serviços, conforme disposto no EDITAL, deverá ser elaborado considerando as planilhas de custos e de formação de preços constante no Projeto Básico e seus anexos, evidenciando de forma completa (demonstrando a composição de custo/memória de cálculo de cada item por módulo discriminado no modelo anexo do Projeto Básico e que deverá ser apresentado), expresso em moeda corrente nacional, considerando e incluindo os tributos, fretes,



tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

7.5.3 As propostas devem ser elaboradas contendo todas as despesas necessárias à consecução plena e perfeita do objeto deste Edital, inclusive com detalhamento da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI); dos encargos sociais; de todos os insumos necessários; demonstrando o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), bem como os demais tributos e encargos legais; e ainda a composição analítica dos preços unitários para todos os serviços, e o detalhamento do custo indireto;

7.5.4 O preço total proposto deve ser elaborado considerando o pagamento dos salários de seus empregados (observando os pisos das categorias) e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem assim todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, também, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias e não especificadas no Edital, mas consideradas essenciais ao cumprimento do objeto do certame.

7.5.5 Os preços unitários máximos aceitáveis são os preços unitários estimados na planilha orçamentária. Os lances ofertados não poderão exceder os valores unitários previstos na composição do item, assim, os valores máximos a serem ofertados devem ser inferiores aos constantes nos anexos do Projeto Básico - Anexo I do Edital.

7.5.6 Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele expressamente renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

7.5.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

7.5.8- O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.5.9- Não serão aceitas as propostas cujo valor por item ultrapasse o custo unitário estimado pela Administração, ainda que o valor global seja compatível com o orçado ou seja manifestamente inexequíveis.

7.5.10- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5.10-1. - A Administração não reembolsará ou indenizará qualquer custo operacional, tais como: frete, depósito, guarda de material e/ou bens; encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais; bem como quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5.11- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5.12- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.13- O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle externo, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos



ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.6 – Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher os campos apropriados do sistema da LICITANET, **SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE POR QUALQUER MEIO.**

7.6.1 - Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online.

7.6.2 - O licitante deverá apresentar a **PROPOSTA (sem elementos que o identifique).**

7.7 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços licitados.

7.8 - A etapa de encaminhamento da documentação será encerrada com a abertura da sessão pública.

7.8.1 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação (originais) exigidos, **deverá ser ENVIADO na ordem em que foram solicitados**, por meio de uso da chave de acesso e senha, intrasferíveis.

7.8.2 - O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

7.8.3 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções legais cabíveis.

7.8.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8.5 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.6 - Os documentos complementares, a proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, exclusivamente pelo sistema, observado o prazo de 02 (duas) horas.

7.8.7 - O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.8.8 - As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Em conformidade com o estabelecido neste Edital, o(a) Agente de Contratação abrirá a sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.1.1 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação e os licitantes.

8.2 - O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL.**

8.3 - As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos para abertura da sessão pública, conforme indicação neste edital.



8.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.5 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.6 - Ocorrerá o início da etapa de lances, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital, devendo os licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

8.6.1 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.2- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00.**

8.6.3- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.6.4 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.6.5- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.6.6- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação, auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.6.8- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.7- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.8- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.11 - Caso haja desconexão com o(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da concorrência será suspensa e terá reinício após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado novo horário para a continuidade da sessão.

8.13 - Caso exista a necessidade de ser suspensa a concorrência, o(a) Agente de Contratação designará novo horário ou, se necessário, novo dia, para a continuidade do certame.

8.14 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “https://licitanet.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes,



justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8.15 - Dos benefícios das ME's, EPP's e EQUIPARADAS, na fase competitiva

8.15.1 - O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.15.2 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.15.3 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.15.4 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.15.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.16- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada e tiver sua amostra aceita, se for o caso.

8.18 Após o encerramento da fase de lances e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o(a) Agente de Contratação negociará a redução do preço com o seu detentor, para obtenção de condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

8.19- Após a DISPUTA do preço, o(a) Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta pelo critério de “menor preço global”, podendo negociar, pelo sistema eletrônico, encaminhando contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor global, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

8.20- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23- O(A) Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



8.23.1 - Juntamente à apresentação da proposta adequada, a empresa licitante deverá preencher a Planilha Orçamentária, memórias de cálculos, Cronograma Físico-Financeiro, Demonstrativo da Composição do B.D.I e Planilha de Composição de Custos dos Serviços devidamente preenchidos com todos os itens, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas em lei.

8.24- É facultado ao(a) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25- Encerrada a disputa, o(a) Agente de Contratação comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O(A) Agente de Contratação verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

8.26- A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

8.27- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.28- Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.29- Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

8.30- Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

8.31- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sendo considerado a aproximação de 02 (duas) casas decimais.

8.31.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Agente de Contratação, que comprove:

8.31.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.31.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.32- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, o seguinte procedimento:

8.32.1- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

8.32.2- Os referidos custos poderão ser comprovados, a título de exemplo, pela apresentação de Notas Fiscais ou por contrato para execução de serviço, acompanhado da planilha de custos e notas fiscais.

8.32.3 – Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada.

8.33- O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas quatro (0,0000).

8.34- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo(a) Agente de Contratação.



8.35- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.36- No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1-No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá enviar os documentos relativos à Habilitação.

9.2- Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o(a) Agente de Contratação comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O(A) Agente de Contratação verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

9.3- No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos neste edital a contar da convocação pelo(a) Agente de Contratação através do chat de mensagens.

9.4 A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante.

9.5- A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de dúvidas quanto a veracidade/autenticidade do documento poderá, ser verificada pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos, conforme Acórdão 2036/2022 – Plenário do TCU.

9.6- Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

9.7- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o(a) Agente de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.8 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.9 - Os documentos previstos no Projeto Básico, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



9.13- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13-1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13-2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.16- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17- A empresa detentora da proposta de menor preço global deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação.

9.18 - Habilitação jurídica

9.18.1 – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.18.2 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.18.3 – Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.18.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.18.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.18.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.19 - Habilitação fiscal, social e trabalhista



9.19.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 30 (trinta dias);

9.19.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20.1 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e/ou estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20.4 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

9.20.5 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

9.20.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20.7 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21 - Qualificação Econômico-Financeira

9.21.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.21.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.21.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.21.5 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.6 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.21.7 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para



fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo de 2 % (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

9.21.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

9.22 – Qualificação Técnica

9.22.1 – Comprovante de registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU e/ou CRQ (Conselho Regional de Química), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, em plena validade.

9.23 – Qualificação Técnico-Operacional

9.23.1 – Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, em atendimento ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, fica definida que a parcela de maior relevância técnica e valor significativo para o item 1 - é a Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos e o Transbordo.

9.23.2 – Comprovação da capacitação TÉCNICO-PROFISSIONAL, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CRQ ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, especialmente do art. 67, I, da Lei nº 14.133/2021, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação do serviço, objeto deste edital, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativos à execução de serviços.

9.23.3 – Entende-se como vinculado ao licitante, o profissional de nível superior, que na data prevista para a assinatura contratual, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura;

9.23.4 – No decorrer da execução do contrato, o profissional que trata os itens anteriores poderá ser substituído, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

9.23.5 – Apresentar Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do art. 17, inc. II, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

9.23.6 – Apresentar Certidão de Regularidade (CF) no cadastro técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

9.23.7 – Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.23.8 – Comprovação de aptidão da empresa para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, limitado à parcela de maior relevância, na forma do Inc. II, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.23.8.1 - Entende-se por pertinente e compatível em característica os atestados que em sua



individualidade ou soma, contemplem serviços similares ao objeto do Edital, conforme parcela de maior relevância de no mínimo 50% da planilha onerada ou desonerada.

9.23.9 – Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.23.9.1 – Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, nos termos do art. 67, §5º, da Lei 14.133/2021.

9.23.10 – Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

9.23.11 – Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.23.11.1 – A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Art. 67, VI, da Lei 14.133/2021.

9.23.12 – Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.23.13 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.23.14 – Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.23.15 – Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.23.16 – A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.24 - DEMAIS DOCUMENTOS

9.24.1 - Declaração conjunta, expressa, de que o licitante:

a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;

c) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do



Edital;

h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;

k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

m) de idoneidade

n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

o) DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA em que a empresa DEVERÁ marcar uma das opções, atestando que realizou ou não a visita prevista.

p) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

9.24.2 - Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprovatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso.

10 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1 - Às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte serão aplicadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06.

10.2 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.2.1 – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.2 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e, uma vez constatada a existência de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresas ou de empresas de pequeno porte que tenham formalizado solicitação para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, será assegurado às mesmas empresas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for adjudicado vencedor do certame e/ou comunicado pelo(a) Agente de Contratação, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa



Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

10.2.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou anular a licitação.

10.2.4- Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

10.2.5 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

10.2.6 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.3 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.4 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital o licitante será declarado provisoriamente em primeiro lugar.

11. DOS RECURSOS

11.1 - Proferida a decisão que declarar o vencedor na Plataforma LICITANET, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO INFORMARÁ AOS LICITANTES, POR MEIO DA PLATAFORMA, QUE PODERÃO INTERPOR RECURSO imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, em campo próprio disponibilizado no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, sob pena de preclusão;

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.5 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção RECURSO, observados os prazos estabelecidos.

11.6 A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o(a) Agente de Contratação remeterá o processo à autoridade competente, propondo a adjudicação do objeto do certame ao vencedor e a homologação do procedimento licitatório.

11.7 Na hipótese de interposição, o recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis,



ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8 O recurso contra decisão do(a) Agente de Contratação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no que tange a fase externa.

11.15 No que tange a parte que não for referente ao sistema, deverá ser formalmente solicitada vista dos autos, via Protocolo na Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ, situado à Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, sendo devidamente protocolizada e dirigida à Procuradoria Jurídica do Município de Bom Jardim/RJ.

11.16 - O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que acarrete na anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão de eventuais recursos apresentados.

13.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – SUBCONTRATAÇÃO

14.1 - Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, vedada, contudo, a subcontratação do item 1 da Tabela 1.2, por se tratar da parcela de maior relevância, devendo este ser executado diretamente pela CONTRATADA.



14.1.1. A subcontratação não exime a contratada de qualquer responsabilidade, permanecendo esta integralmente responsável pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais, ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais, bem como pela qualidade, regularidade e continuidade dos serviços.

14.1.2. Eventuais falhas ou irregularidades decorrentes da atuação da subcontratada serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não podendo a subcontratação resultar em interrupção ou descumprimento do contrato.

14.2. - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.3. - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários, bem como se possui as devidas licenças para a execução do objeto.

14.4. - O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

14.5. - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.6. - Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária, independente de culpa, por todos e quaisquer atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação.

15 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.1.1. - A não apresentação da garantia ou ausência da renovação pelo licitante ou contratado incidirá em infração com aplicação de sanção, em conformidade com os arts. 155 e 156 da Lei nº. 14.133/2021.

15.2 - Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

15.3 - A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

16 – VISTORIA FACULTATIVA

16.1 – A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços poderá ser realizada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h horas às 17h horas. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

16.2 - O agendamento poderá ser feito através dos seguintes meios: na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, situada na Rua Humberto Neves, nº 275 – Bairro Maravilha – Bom Jardim/RJ, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h ou pelo e-mail meioambientebomjardim@gmail.com;



16.3 - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

16.4 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16.5- A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 01 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

17 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

18 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Vide Termo de Referência

19 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Vide Termo de Referência

20 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Vide Termo de Referência

21 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Vide Termo de Referência

22 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Vide Termo de Referência

23 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL

23.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

23.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá enviar o termo de contrato ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

23.3 – O aceite de nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:

23.3.1 – A nota ou instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

23.3.2 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

23.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

23.5 – Serão aceitos os contratos assinados de forma eletrônica, desde que a assinatura digital seja reconhecida pelo sistema brasileiro de certificação digital, operado pela Infraestrutura de Chaves



Públicas Brasileiras- ICP-Brasil.

23.6 – Como requisito para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

24 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

24.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

24.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

24.1.6 - Fraudar a licitação;

24.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

24.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6 - Na aplicação da sanção de multa será concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, para recolhimento da multa fixada e/ou apresentação de defesa do interessado.

24.7 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

24.8 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.9 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.10 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.11 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.12 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24.13 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Jardim, pelo prazo máximo de 03 (três) anos

24.14 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

25 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2- A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar da Concorrência, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e



condições deste edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

25.3- A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado; ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

b. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, dar-se-ão por meio de publicações no link <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

c. O(A) Agente de Contratação, se entender conveniente ou necessário, poderá utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

d. As normas disciplinadoras desta Concorrência serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

e. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deverá, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital e anexos, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

f. O(A) Agente de Contratação, conforme o caso poderá, no interesse da Administração Pública, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

g. Reserva-se ao(à) Agente de Contratação o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

h. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para recebimento de propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

i. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo(a) Agente de Contratação ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis.

j. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Bom Jardim/RJ.

k. É responsabilidade do Licitante, o acompanhamento de todos os andamentos do presente processo licitatório pelos links: <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

l. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação.



- m. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- n. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- o. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- p. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- q. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- r. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- s. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.4- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>

26 – ANEXOS DO EDITAL

Encontram-se anexos a este

26.1 – ANEXO I – Termo de referência

26.1.1 – ANEXO A – Relação dos locais para a Prestação dos Serviços (Rota coleta SRU);

26.1.2 – ANEXO B – Relação dos locais para a Prestação dos Serviços (ROTA COLETA SELETIVA);

26.1.3 – ANEXO C – Modelo de Planilha;

26.1.4 – ANEXO D – Demonstrativo BDI ;

26.1.5 – ANEXO E – Modelo de Planilha Cronograma Físico-Financeiro ;

26.1.6 – ANEXO F – Modelo de Planilha de Composição de Custos dos Serviços;

26.1.7 – ANEXO G – Memória de Cálculo;

26.2 – ANEXO II – Modelo de Proposta

26.3 – ANEXO III – Declaração conjunta

26.4 – ANEXO IV – CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

26.5 – ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Carlos Augusto Sardinha Nunes
Supervisor de Gestão e Compras

André Moraes de Jesus
*Secretário Municipal de Meio Ambiente
e Sustentabilidade*



EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0941/2026

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) em Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos (Classe II), Coleta de Volumosos, Transbordo e Transporte até o Aterro Sanitário, bem como a Coleta Seletiva e Triagem dos Resíduos Recicláveis provenientes do Município de Bom Jardim atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

1.2 Os serviços serão executados nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.DE MEDIDA	MÉDIA MENSAL ESTIMADA BASE 2024	QUANT.
1	1	<u>Coleta de Resíduos Domiciliares e Urbanos Classe II, Coleta de Volumosos e Transbordo</u> <u>Área Geográfica do Objeto</u> <ul style="list-style-type: none">• 1º distrito (sede): Bom Jardim• 2º distrito: São José do Ribeirão• 3º distrito: Banquete• 4º distrito: Barra Alegre	14265	TON/MÊS	617,22	12 MESES
	2	<u>Transporte dos Resíduos Coletados até o Aterro Sanitário (destinação final)</u>	14265	TON/MÊS	617,22	12 MESES
	3	<u>Coleta Seletiva e Triagem Simplificada dos Resíduos do Município de Bom Jardim.</u> <u>Área Geográfica do Objeto</u> <ul style="list-style-type: none">• 1º distrito (sede): Bom Jardim• 2º distrito: São José do Ribeirão	14265	TON/MÊS	4,03	12 MESES

1.3 Os serviços são de natureza contínua e essencial, elementos previstos no art. 6º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja interrupção comprometeria a salubridade e o interesse coletivo, o seu enquadramento técnico se dá como serviço especial, nos termos do art. 6º, XXI, da Lei nº 14.133/2021. Tal classificação decorre da alta complexidade envolvida em sua execução, a qual exige soluções técnicas customizadas, análise de riscos pormenorizada e o emprego de metodologia especializada que transcende a mera aplicação de especificações usuais de mercado. Embora existam normas técnicas e regulamentações, a completa definição de seus padrões de desempenho e qualidade não pode ser objetivamente determinada por elas, demandando um elevado grau de conhecimento técnico e de inovação por parte da contratada para garantir a plena adequação e eficácia do resultado.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico nos autos do processo administrativo nº. 941/2026.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1. Licença Ambiental, conforme disposto do Decreto Estadual nº 46.890/19, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e das outras providências, Decreto nº 45.482 de 04/12/2015, que altera alguns artigos do Decreto nº 44.820/14, comprovando que o licitante tem condições de executar o objeto do contrato de forma regular e integral, isto é, considerando todas as suas etapas: coleta, coleta de volumosos, coleta seletiva com triagem e o transporte de resíduos urbanos ao destino final.

3.1.2. Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do art. 17, inc. II, da Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97, de 05 de Abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

3.1.3. A contratada e os serviços a serem executados devem estar de acordo, no que couber, com a legislação vigente, em especial com a Lei Federal nº 12.305/2010, Lei Federal nº 6.938/1981, Decreto 10.936/2022 e Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021.

3.1.4. Devem ser adotadas práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

3.1.5. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

3.1.6. Sejam adotadas práticas de recuperação ambiental e conservação da biodiversidade e ecossistemas locais.

3.1.7. A Contratada, caso se enquadre nas hipóteses do art. 20 da Lei Federal nº 12.305/2010, deve elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente, bem como que, para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, seja designado responsável técnico devidamente habilitado.

3.1.8. Sejam adotadas práticas de disposição segura em aterros sanitários em aterros sanitários projetados e operados de acordo com a legislação ambiental vigente, incluindo a impermeabilização adequada do solo, a instalação de sistemas de drenagem e a monitorização regular da qualidade das águas subterrâneas.

3.1.9. Sejam utilizadas tecnologias de aproveitamento do biogás gerado no processo de decomposição dos resíduos e de tecnologias de controle de emissão de gases, como filtros de partículas e sistemas de tratamento de gases.

3.1.10. Sejam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final dos resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em corpos hídricos, lançamento *in natura* a céu aberto, queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, e outras formas vedadas pelo poder público.



4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, vedada, contudo, a subcontratação do item 1 da Tabela 1.2, por se tratar da parcela de maior relevância, devendo este ser executado diretamente pela CONTRATADA.

4.1.1. A subcontratação não exime a contratada de qualquer responsabilidade, permanecendo esta integralmente responsável pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais, ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais, bem como pela qualidade, regularidade e continuidade dos serviços.

4.1.2. Eventuais falhas ou irregularidades decorrentes da atuação da subcontratada serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não podendo a subcontratação resultar em interrupção ou descumprimento do contrato.

5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.2 A não apresentação da garantia ou ausência da renovação pelo licitante ou contratado incidirá em infração com aplicação de sanção, em conformidade com os arts. 155 e 156 da Lei nº. 14.133/2021.

5.3 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5.4 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

6 VISTORIA FACULTATIVA

6.1 A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços poderá ser realizada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h horas às 17h horas. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.2 O agendamento poderá ser feito através dos seguintes meios: na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, situada na Rua Humberto Neves, nº 275 – Bairro Maravilha – Bom Jardim/RJ, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h ou pelo e-mail meioambientebomjardim@gmail.com;

6.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 01 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.



7 EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A forma de execução será INDIRETA, pelo regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

7.2 A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência terá início em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da respectiva Ordem de Início, a ser formalmente expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em estrita observância ao que dispõe o instrumento convocatório e a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

7.3 A empresa contratada para o deverá prestar o serviço conforme especificações apresentadas no mapa, ANEXO A, item 1 e 2. E para o item 3, conforme locais apresentados no ANEXO B.

7.3.1. As atividades de coleta deverão iniciar às 06h00min (seis horas) com término às 16h00min (dezesseis horas).

7.3.2. A Coleta de resíduos sólidos domiciliares e urbanos será realizada nas linhas estabelecida neste documento, conforme ANEXO A, com a utilização de 04 (quatro) caminhões compactadores de 15 m³, e 01 (um) caminhão compactador de 6 m³, com sistema de carregamento traseiro; caixa coletora de chorume, sinalização de acordo com as normas de trânsito; plataforma traseira, com corrimão superior e lateral; sonorizador de ré; farol traseiro para iluminação da praça de carga (coleta noturna); estribo traseiro; sistema de elevação para o contentor de resíduos, suporte para pás e vassoura; sistema de comunicação sonora entre garis e motorista, de acordo com as normas de trânsito CONTRAN.

7.3.2.1. A coleta de resíduos sólidos (**item 7.3.8.3 D**), no Município de Bom Jardim será realizada conforme demanda solicitada pelo município e/ou avistadas pelos motoristas e coletores no decorrer da prestação dos serviços diários. A coleta de podas, galhos e volumosos deverá ser realizada com caminhão basculante.

7.3.3. A Coleta seletiva porta a porta será realizada nas linhas estabelecida neste documento, conforme ANEXO B, com a utilização de 01 (um) caminhão coletor equipado com baú.

7.3.4. Os compactadores de 15 m³ serão dotados de equipe com 01 (um) motorista e, no mínimo, de 03 (três) coletores, os demais veículos com equipe de 01 (um) motorista e, no mínimo 02 (dois) coletores.

7.3.4.1. Os coletores são responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos nos recipientes que podem ser: latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes e pelo despejo nos respectivos caminhões. Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com precaução e esvaziá-los completamente, com os cuidados necessários para não os danificar e evitar a queda de resíduos nas vias públicas, depois de esvaziados os recipientes, deverão ser realocados no mesmo local, de maneira correta pela equipe de coleta.

7.3.4.2. Todas as operações deverão ser executadas de forma ordenada, cuidadosa e sem danificar os recipientes.

7.3.5. Os veículos utilizados pela empresa deverão ser adesivados com a seguinte frase: “A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM” e com adesivos da empresa contratada, apresentando sempre bom aspecto de uso;

7.3.5.1 - Todos os veículos deverão:

- a) Possuir sinalização sonora para marcha à ré;
- b) Possuir sistema de rastreamento via GPS online ou outro equipamento/tecnologia que permita identificar, em tempo real, os percursos dos roteiros percorridos pelos caminhões de coleta, equipados com software específico para esta finalidade, em ambos os caminhões;
- c) Estar com o velocímetro e hodômetro em perfeito estado de funcionamento;



- d) Possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais;
- e) Os veículos de coleta devem estar equipados com plataforma para apoio dos coletores, vassouras, pás, sacos plásticos e cones para sinalização, que constituem equipamentos obrigatórios, para que os resíduos porventura derramados durante a coleta sejam varridos e recolhidos, além de sistema de captação de chorume entre o compartimento de carga e a tampa traseira, com capacidade suficiente para não haver o derramamento de líquidos nas vias públicas;
- f) Estar com as revisões obrigatórias em dia;
- g) Estar em perfeito estado de conservação, sem vazamentos na prensa compactadora, mangueiras hidráulicas, de arrefecimento, combustível ou lubrificantes, bem como quaisquer outros defeitos que possam comprometer a qualidade da prestação do serviço.
- h) Obter sistema de elevação para o contentor de resíduos.

7.3.6. A equipe de coleta - motoristas deverão utilizar uniformes completos - calça de brim, camisa de brim, bota de couro e boné - e os coletores deverão utilizar uniformes completos - calça de brim, camisa de brim, bota de couro, boné, protetor de ouvido, protetor solar, capa de chuva (no caso de chuvas) e luva de raspa, além de outro eventual equipamento de segurança adequado, tal como, colete refletivo e EPI's devidamente certificados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

7.3.6.1 - Caso a condição de serviço exija, deverão ser adotadas todas as medidas de segurança necessárias para o desempenho da atividade.

7.3.7. O recolhimento do lixo se dará em todas as vias e logradouros do Município de Bom Jardim, incluindo áreas urbanas e rurais, conforme ANEXO A, e a coleta seletiva, conforme ANEXO B, apresentado neste Termo de Referência.

7.3.8. A coleta de resíduos deverá ser executada, porta a porta, em pontos de coleta específicos e em recipientes que podem ser: latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes, em todas as vias públicas e abertas à circulação de veículos, ou que venham a serem abertas durante a vigência do contrato, independentemente de solicitação da Prefeitura, desde que acessíveis a veículos de coleta. Já a coleta seletiva deverá ser realizada porta a porta.

7.3.8.1. Caso a via não permita o acesso ao veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser efetuada manualmente pela equipe de coleta e/ou por carro de apoio tipo: Veículo tipo pick-up, com cabine simples e caçamba, tipo leve, motor bicomcombustível (gasolina e álcool).

7.3.8.2. São resíduos sólidos com características domiciliares aqueles oriundos das unidades familiares, resíduos urbanos, dos mercados e feiras livres, das repartições públicas e dos serviços de varrição gerados na sede e logradouros do município;

7.3.8.3. Os seguintes tipos de resíduos deverão ser coletados por este serviço:

A – resíduos com características domiciliares, comerciais e feiras livres;

B – resíduos de varredura domiciliar e vias públicas;

C – resíduos originários de estabelecimentos públicos, institucionais e de prestação de serviços;

D – restos de móveis, de colchões, de utensílios de mudanças, podas, galhos e outros similares.

7.3.9. A empresa se encarregará pela manutenção dos caminhões, combustível, motorista, ajudante e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;

7.3.9.1. A responsabilidade pela manutenção (admissão, remuneração, subordinação e dispensa) das equipes de coleta será da empresa contratada, que assumirá todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras atinentes a tal procedimento, não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do Município em relação à mesma.

7.3.9.2. Em caso de problemas com os veículos a contratada deverá realizar a imediata correção/conserto, em caso que o dano ou fato impeça o veículo de executar as atividades, a



contratada deverá promover a substituição do veículo ou equipamento, para dar continuidade à prestação do serviço no prazo de 24 horas sob pena de inexecução contratual.

7.4. Coleta Seletiva

7.4.1. A Coleta Seletiva será realizada por meio de caminhão tipo baú, conforme item 7.3.3.

7.4.2. Os materiais recicláveis coletados poderão ser destinados ao mesmo local de transbordo utilizado para os resíduos comuns ou, alternativamente, a outro espaço devidamente licenciado para a atividade de triagem de recicláveis, desde que atenda às exigências ambientais e operacionais pertinentes.

7.4.3. A triagem realizada no âmbito da Coleta Seletiva adotará um modelo operacional **simplificado, porém eficiente**, baseado na **segregação manual** dos materiais recicláveis. Os recicláveis serão dispostos em área adequada dentro da Estação de Transbordo ou em outro local licenciado, onde trabalhadores realizarão a separação por tipo de material, garantindo organização, higiene e segurança durante o processo. Mesmo sem a utilização de prensa ou outros equipamentos de compactação, a segregação manual possibilita a adequada classificação dos resíduos, evitando contaminações cruzadas e assegurando que cada tipo de material seja encaminhado corretamente para seu destino de valorização, reciclagem ou comercialização.

7.4.4. A contratada deverá realizar o controle e o registro das quantidades coletadas e processadas, emitindo relatórios e tickets contendo o total coletado, o total efetivamente reciclado e o total comercializado, bem como apresentar as respectivas notas fiscais de venda dos materiais recicláveis.

7.4.5. A pesagem dos materiais recicláveis coletados será realizada utilizando o **método operacional de tara e peso bruto**, por meio da balança rodoviária instalada na Estação de Transbordo.

7.4.5.1. Pesagem Inicial – Caminhão Cheio (Peso Bruto)

I.O veículo coletor da Coleta Seletiva chega à Estação de Transbordo.

II.O caminhão é direcionado à balança rodoviária.

III.A balança registra:

- **Peso Bruto (PB)** = caminhão + carga
- Placa do veículo
- Data e horário da pesagem
- Identificação do motorista e da rota/bairro coletado

IV.Um ticket de pesagem é emitido automaticamente.

7.4.5.2. Descarga e Segregação Manual

I.O caminhão descarrega os recicláveis na área de segregação.

II.A equipe realiza a **separação manual**, sem compactação.

7.4.5.3. Pesagem Final – Caminhão Vazio (Tara)

I.Após descarregar, o mesmo caminhão retorna à balança para nova pesagem, com o caminhão vazio:

II.A balança registra:

- **Tara (T)** = peso do caminhão sem materiais
- Placa
- Data e horário

III.Um ticket de tara é emitido.



7.4.6. Será de responsabilidade da empresa contratada a destinação final dos resíduos coletados na coleta seletiva. Assim, considerando os objetivos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a contratada deverá apresentar relatório detalhado contendo:

- o local de destino final dos resíduos coletados pela coleta seletiva;
- a relação dos itens coletados, com suas respectivas pesagens e comprovantes (tickets);
- a identificação dos bairros em que ocorreram as coletas;
- o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
- a comprovação de que a empresa receptora do material coletado é devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes;
- a nota fiscal de venda dos materiais, quando for o caso.

7.4.7. Triagem Simplificada

7.4.7.1. A triagem a ser realizada no âmbito da coleta seletiva adotará um processo operacional simples, porém suficiente para assegurar o adequado manejo dos materiais recicláveis recebidos. A mesa de separação será utilizada como ponto inicial do processo, permitindo que os recicláveis sejam dispostos de forma organizada e devidamente separados conforme suas categorias (papel, plástico, vidro, metal, entre outros). Embora se trate de uma estrutura simplificada, ela é suficiente para assegurar que os materiais sejam manuseados com higiene, segurança e eficiência, reduzindo contaminações cruzadas e otimizando o fluxo de trabalho.

Após a segregação manual, os materiais passíveis de compactação serão encaminhados à prensa. A utilização da prensa tem como finalidade reduzir o volume dos recicláveis, facilitando o armazenamento e o transporte até seu destino final ou às unidades de valorização. A compactação contribui também para a racionalização dos custos logísticos, ao permitir o transporte de cargas mais densas e organizadas.

Por fim, todo o material processado deverá ser devidamente pesado por meio da balança instalada no local. A pesagem é etapa fundamental, pois possibilita o registro preciso das quantidades de cada tipo de resíduo triado, atendendo às exigências contratuais, ambientais e de rastreabilidade. Esses dados são essenciais para o controle operacional, elaboração de relatórios e comprovação dos resultados obtidos com a coleta seletiva. Assim, mesmo com uma estrutura simplificada, composta apenas por mesa de separação e balança, a triagem será capaz de atender às necessidades do serviço, assegurando a conformidade com as normas vigentes e a eficiência no tratamento dos materiais recicláveis.

7.5. Estação de Transbordo

7.5.1. A operação da Estação de Transbordo será realizada de forma **integrada e contínua pela empresa contratada**, responsável pela execução dos serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos, transporte, transbordo e encaminhamento à destinação final ambientalmente adequada. A contratada deterá **responsabilidade integral** pela gestão, funcionamento e controle operacional da Estação de Transbordo, devendo assegurar a adoção de procedimentos adequados de recepção, pesagem, rastreabilidade e fluxo logístico dos resíduos, de modo a evitar qualquer acúmulo indevido no local e a garantir a regularidade, a eficiência e a conformidade ambiental da operação.

7.5.2. Chegada dos Caminhões Coletores

7.2.2.1. Ao chegarem à Estação de Transbordo, os caminhões coletores serão obrigatoriamente pesados, registrando:

- peso bruto do veículo carregado;
- placa do veículo;
- horário de entrada;



- rota/bairro de origem.

7.5.3. Descarga e Controle na área de Transbordo

7.5.3.1 Os coletores realizarão a descarga em local próprio, com piso impermeabilizado, canaletas e contenção;

7.5.3.2 Os coletores realizarão a descarga em local próprio, com piso impermeabilizado, canaletas e contenção;

7.5.3.3 A descarga será acompanhada pela fiscalização e pelo registro da rota correspondente;

7.5.3.4 Após a descarga, os caminhões coletores poderão **passar novamente pela balança**, quando previsto, para registro do peso do veículo vazio.

7.5.4. Transferência dos Resíduos para os equipamentos roll on – roll off

7.5.4.1 A empresa disponibilizará caçambas aptas para receber o resíduo descarregado;

7.5.4.2 Os resíduos serão carregados utilizando os equipamentos da estação (pá carregadeira, empurradores mecânicos, etc.);

7.5.4.3 Após o completo carregamento, as caçambas serão fechadas e lacradas, quando aplicável.

7.5.4.4 A Estação de Transbordo deverá estar situada a um raio de 20 km da sede do Município fundamentando-se em critérios de eficiência operacional, economicidade e proteção ambiental, elementos essenciais para a adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos. A proximidade entre a sede municipal e a área de transbordo permite a redução significativa dos tempos de deslocamento dos caminhões coletores, o que resulta em maior produtividade, menor desgaste da frota e otimização das rotas de coleta. Essa configuração reduz também o consumo de combustível, gera economia direta ao contrato e contribui para a manutenção da regularidade e continuidade do serviço.

7.6. Transporte final dos rejeitos

7.6.1. O Transporte intermunicipal do lixo não reciclável – rejeito - deverá ser transferido até um local de destinação final contratado pelo Município de Bom Jardim, com uso de caminhão roll on roll off, equipado com caçamba, com capacidade mínima de 35,00 m³ em perfeitas condições. Tanto a empresa, quanto veículo e motorista devem estar registrados, licenciados e certificados para tal atividade conforme definições do INEA, obedecendo a toda a legislação vigente.

7.6.2. Ao chegar ao aterro, será realizada a **pesagem**, descarregamento e emissão dos tickets, garantindo rastreabilidade.

7.6.3. Os veículos retornarão imediatamente à estação de transbordo para manter o fluxo contínuo.

7.6.4. Atualmente, o transporte será feito até o aterro da empresa MTR MADALENA TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS LTDA, inscrita no CNPJ 07.728.032/0001-57, com sede à Estrada Genílio Villar Barbosa, s/n, Santa Maria Madalena/RJ, CEP: 29770-000, distante 91,6Km (estrada) da sede da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, conforme CONTRATO Nº 070/2024, Processo Administrativo nº 3.901/2023.

7.7. - Todas as cargas de resíduos deverão ser pesadas em balança devidamente aferida pelo INMETRO, com emissão de tickets contendo peso bruto, tara e peso líquido. Os tickets deverão ser entregues mensalmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, servindo como base exclusiva para a medição e o pagamento dos serviços.

7.8. Periodicidade

7.8.1. A execução dos serviços deverá observar a periodicidade, os roteiros, os dias e os horários estabelecidos nos Anexos A e B deste Termo de Referência, garantindo a regularidade, continuidade e eficiência da coleta dos resíduos sólidos urbanos, da coleta seletiva, do transbordo e do transporte até a destinação final.



7.8.1.1. O transporte dos resíduos descarregados na Estação de Transbordo deverá ser realizado de forma contínua, em prazo compatível com a demanda gerada, de modo a **evitar acúmulo de resíduos**, mau cheiro, proliferação de vetores, riscos ambientais e prejuízos à salubridade pública.

7.8.2. A periodicidade dos serviços poderá ser ajustada, a critério da fiscalização, em razão de fatos supervenientes, tais como eventos, variações sazonais, aumento de demanda ou necessidades operacionais, desde que mantidas as condições do objeto contratual e formalizada a alteração por meio de comunicação oficial.

7.9. Planejamento, Frequência e Horário

7.9.1. Os serviços regulares serão orientados por roteiros previamente definidos e as equipes sob demanda trabalharão conforme plano apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

7.9.1.1. Qualquer alteração que a Empresa Contratada julgar necessária e pertinente, para a melhor execução dos serviços, deverá antes da sua implementação submeter à análise e aprovação da Contratante para sua formalização mediante aditivo contratual.

7.9.1.2. Quando ocorrer alteração no Plano de Trabalho a CONTRATADA providenciará prévia comunicação aos munícipes de forma individual, através de aviso impresso, ou outra forma de divulgação previamente aprovada pela Prefeitura, a cada residência ou estabelecimento abrangido pela alteração, em um prazo de até 72 (setenta e duas) horas, antes da implantação da alteração dos serviços.

7.9.2. Nenhum serviço poderá sofrer descontinuidade durante a implantação das eventuais alterações.

7.9.3. A CONTRATADA deverá promover, às suas expensas e em conformidade com a legislação pertinente, a mais ampla divulgação possível, do horário, frequências e locais em que os serviços contratuais serão executados.

7.10. Materiais a serem disponibilizados

7.10.1. Instalações, Ferramentas, Materiais, Veículos e Equipamentos

7.10.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.10.1.2. Instalações: Caso a empresa contratada decida pela instalação de edificações no município para acompanhamento de suas atividades, as despesas necessárias para tanto serão de sua inteira responsabilidade.

7.10.1.3. Ferramentas e Materiais: Será de responsabilidade da contratada, todos os Equipamentos bem como todos os materiais para a perfeita execução dos serviços ora descritos.

7.10.1.4. Dos Veículos:

7.10.1.4.1. Os veículos automotores com os equipamentos adequados e necessários a cada tipo de serviço deverão ser dimensionados de forma a ser suficientes, em quantidade e qualidade, para atender, de maneira adequada, a prestação dos serviços propostos conforme previsto no item 7.2.

7.10.1.4.2. Os veículos automotores equipados, a serem apresentados pela proponente para a realização dos serviços, deverão ser adequados e estar disponíveis para uso imediato, no momento da assinatura do Contrato, mediante vistoria prévia da Prefeitura, ou seja, os equipamentos deverão estar devidamente instalados nos chassis e os conjuntos em boas condições de operação.



7.10.1.4.3. Ao longo do Contrato, os equipamentos deverão ser mantidos com todos os seus componentes funcionando nas mesmas condições especificadas, não obstante o desgaste normal por uso, inclusive as unidades de reserva.

7.10.1.4.4. A CONTRATADA deverá aplicar um Plano de Manutenção para os veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados, baseado em programa de manutenção preventiva e corretiva, programa de serviços internos e externos, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção), programa de controle de itens de segurança (iluminação, pneus, dentre outros.), devendo providenciar a substituição imediata, quando observada qualquer irregularidade.

7.10.1.4.5. Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras, emissão de gases e demais normas reguladoras do tráfego de veículos e aprovados anualmente pelos órgãos competentes.

7.10.1.4.6. Todos os veículos coletores deverão possuir equipamentos mínimos de segurança, de acordo com a NBR 12980:1993; 13221:2003, tais como: jogos de cones para sinalização, bandeirolas e pisca-pisca; lanternas traseiras suplementares; estribo traseiro de chapa xadrez, antiderrapante; extintor de incêndio extra; buzina intermitente acionada quando engatada a marcha ré do veículo coletor.

7.10.1.4.7. Todos os veículos coletores deverão ser guardados em locais adequados, sendo proibido o estacionamento em vias públicas urbanas com habitações. Os veículos prestadores de serviço de utilidade pública apenas gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, quando em atendimento na via, desde que devidamente sinalizados, conforme previsto no art. 29, VIII, do CTB.

7.11. Pessoal

7.11.1. Competirá à Empresa Contratada a admissão do pessoal, como motoristas, técnicos, ajudantes, coletores, varredores e encarregados – necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua exclusiva conta, todos os encargos necessários e demais por exigência das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza.

7.11.2. A Contratada deverá indicar funcionário responsável e de fácil localização e acionamento para supervisão e manutenção dos equipamentos e guarda do material necessário para perfeita execução dos serviços descritos, sendo este funcionário determinado como o encarregado.

7.11.3. Os empregados da CONTRATADA deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

7.11.4. A fiscalização poderá solicitar a substituição ou suspensão, que deverá se realizar dentro de 24 (vinte e quatro) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação judicial, a Prefeitura Municipal não terá em nenhum caso qualquer responsabilidade.

7.11.5. Entende-se como “empregado” qualquer funcionário ligado, direta ou indiretamente, à CONTRATADA para execução dos serviços objeto do presente ajuste.

7.11.6. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado ao pessoal da Empresa Contratada, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

7.11.7. É terminantemente proibido aos empregados da Empresa Contratada fazer catação ou triagem entre os resíduos coletados pela coleta domiciliar, de varrição, para proveito próprio.

7.11.8. É proibido o consumo de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie.



7.11.9. Caberá a Empresa Contratada apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os seus funcionários devidamente treinados e uniformizados, providenciando equipamentos e veículos suficientes para realização dos serviços.

7.12. Uniformes

7.12.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

7.12.1.1.A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras contra chuva e frio e demais equipamentos de segurança individual quando a situação os exigir, conforme Normas do Ministério do Trabalho e da ABNT.

7.12.1.2.Ao longo da execução dos serviços a equipe deverá contar com Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e uniformes: Colete refletor para coleta noturna (caso haja a necessidade de coleta noturna); calça e camisa de brim; luva de raspa de couro; calçado com solado antiderrapante.

7.12.1.3.No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

7.12.1.4.Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.12.1.5.A Contratada deverá fornecer, gratuitamente, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, em quantidade suficiente, incluindo calça e camisa de brim, botas de segurança, luvas, bonés, capas de chuva, protetor solar, protetor auricular e colete refletivo (quando houver coleta noturna).

7.12.1.6.Cada trabalhador deverá dispor de no mínimo 3 (três) conjuntos de uniformes por ano, sendo vedado qualquer repasse de custo ao empregado.

7.13. Materiais a serem disponibilizados

7.13.1. A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

7.13.2. ITENS NOVOS

7.13.2.1.Caso verifique-se a necessidade, devidamente justificada, da prestação de eventuais serviços ou itens não previstos (ITENS NOVOS), será feito com base no custo unitário constante no sistema EMOP ou SCO-RIO, acrescido do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

7.13.2.2.Os itens novos não constantes do Sistema EMOP ou SCO-RIO, terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente.

7.14. Especificações da garantia do serviço (art. 40, §1º, inc. III, da Lei 14.133, de 2021)

7.14.1. O prazo de garantia contratual dos serviços para ambos os lotes é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.15. Programa de Trabalho



7.15.1. A Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 5 (dez) dias corridos antes do início da execução dos serviços, um Programa de Trabalho detalhado, contemplando todas as etapas, métodos e recursos que serão empregados nas atividades de coleta de resíduos sólidos urbanos, volumosos e coleta seletiva de materiais recicláveis. Esse documento tem a finalidade de assegurar o planejamento adequado das operações, a organização das rotinas e a eficiência na prestação dos serviços, possibilitando ao Município acompanhar e validar previamente as diretrizes operacionais que serão adotadas.

7.15.2. O Programa de Trabalho deverá conter, no mínimo:

- I. Apresentação clara das atividades a serem executadas, abrangendo a coleta de resíduos domiciliares, comerciais e públicos, bem como a coleta seletiva, considerando suas especificidades operacionais;
- II. Indicação dos bairros, vias e setores atendidos, com a programação dos dias e horários das coletas, de modo a garantir regularidade, eficiência e cobertura total das áreas previstas. No caso da coleta seletiva, item 3, os bairros serão os indicados no Anexo B.
- III. Relação dos veículos, equipamentos, ferramentas e demais materiais que serão utilizados na execução dos serviços, especificando quantidade, capacidade, condições de utilização e rotinas de manutenção preventiva e corretiva;
- IV. Apresentação do quadro de pessoal envolvido na execução dos serviços, incluindo funções, qualificações e dimensionamento da equipe, de forma a assegurar que os trabalhos sejam realizados de forma segura e eficiente;
- V. Descrição dos métodos de trabalho, da rotina operacional, do fluxo de coleta e destinação dos resíduos, bem como dos protocolos de segurança e saúde ocupacional, observando normas ambientais e regulamentações vigentes;
- VI. Metodologias que serão empregadas para acompanhamento da execução, registro dos serviços realizados, relatórios, controles de pesagem, rastreabilidade dos resíduos e comunicação com os fiscais;
- VII. Medidas preventivas e corretivas para situações emergenciais que possam comprometer a continuidade dos serviços, como falhas mecânicas, intempéries ou indisponibilidade operacional.

8 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

8.1 O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

9 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Será Gestora deste Contrato a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, representada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado por Portaria publicada no veículo de imprensa oficial.

9.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



9.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.8 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.10 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Preposto

9.13 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.14 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.15 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.16 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para execução da atividade.

FISCAIS DO CONTRATO

9.17 Serão Fiscais do contrato e dos contratos dele derivados, os servidores a serem nomeados por portaria para esse fim, ou por seus respectivos substitutos.

9.18 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização



- 9.19 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 9.20 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 9.21 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 9.22 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 9.23 O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 9.24 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)
- 9.25 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)
- 9.26 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 9.27 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 9.28 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 9.29 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 9.30 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 9.31 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº



11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.32 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.33 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.34 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.35 A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

9.36 A Contratada deverá manter registro dos empregados contratados para execução do presente contrato, ainda que não aplicável o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, devendo entregar as informações correspondentes sempre que solicitados pela municipalidade.

9.37A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.37.1 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

10 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 Para efeitos de medição serão consideradas as quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Contratante.

10.1.1 O pagamento será efetuado sobre os serviços efetivamente executados.

10.1.2 O pagamento será acompanhado das respectivas memórias de cálculo apresentadas nos tickets de pesagens;

10.2 O valor do pagamento será obtido mediante aplicação dos preços unitários constantes da planilha de orçamento, integrante do contrato, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Prefeitura.

10.3 Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais.

10.4 Preços unitários são os valores correspondentes à realização de uma unidade de serviço. Todos os custos que decorrem da contratação estão explicitados na Planilha de Composição de Custos em Anexo (Planilha Orçamentária), como a Descrição dos Serviços com seus Códigos e o Demonstrativo da Composição do BDI, que engloba a Administração Central, Seguro e Garantia, Riscos, Despesas Financeiras, Lucro Presumido e Impostos sobre o faturamento da Empresa.

10.5 Todas as medições serão realizadas mensalmente considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceção feita à primeira medição, cujo período será da assinatura do Contrato até o último dia do mês em pauta e a última medição, cujo período será do primeiro dia do mês até o término do Contrato.

10.6 As medições deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, conferidas e aprovadas pela



Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

10.7 A CONTRATADA enviará, mensalmente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade relatório e tickets de pesagens diárias e comprovantes MTR's, correspondentes ao período a ser pago, constando os serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pelos fiscais do contrato. Deverá apresentar todos os requisitos descritos nos itens abaixo, assim como a nota fiscal quando for o caso da venda dos recicláveis:

10.7.1 Contratada deverá apresentar, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o **Relatório Mensal de Execução dos Serviços**, contendo, no mínimo:

- a) o cronograma e as rotas efetivamente atendidas;
- b) as datas e horários de realização das coletas;
- c) para o item 3, deverá, além da quantidade total de materiais coletados, apresentar também a quantidade total dos materiais segregados.
- d) o detalhamento dos tipos de materiais recicláveis coletados (papel, plástico, vidro, metal, entre outros), para o item 3.
- e) a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final em aterro sanitário licenciado e, em relação ao item 3, quando o material não puder ser reaproveitado, a Contratada deverá informar a quantidade descartada;
- f) identificação dos veículos e das equipes envolvidas;
- g) eventuais intercorrências registradas durante a execução.

10.7.2 Deverão ser anexados ao Relatório Mensal, como comprovação da execução para o item 2:

- a) **Tickets de pesagem**, emitidos pela central de triagem, reciclador ou aterro licenciado, contendo data, identificação do veículo, tipo de material e peso aferido;
- b) **Comprovantes de destinação final ambientalmente adequada**, consistindo em notas fiscais, recibos ou declarações emitidas por cooperativas, associações ou empresas recicladoras devidamente licenciadas, contendo CNPJ, endereço e descrição dos materiais recebidos, referentes ao item 3;
- c) **Relatório fotográfico**, contendo registros datados da coleta, do transporte, da triagem e da destinação dos materiais referentes ao item 3;

10.7.3 A ausência ou inconsistência de qualquer um dos documentos acima poderá implicar glosa total ou parcial do valor a ser pago, até a devida regularização.

10.8 Depois de conferida a medição e atestada a nota fiscal juntamente com os relatórios e tickets de pesagem, por profissional do Município para controle físico-financeiro do Contrato, será dado prosseguimento das providências para liberação do pagamento.

10.9 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.9.1 Não produzir os resultados acordados;

10.9.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.9.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.10 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

10.10.1 Suspensão ou interrupção, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.



- 10.10.2 Recusa na execução de serviço pactuado no contrato, sem motivo justificado.
- 10.10.3 Deixar de apresentar documento fiscal com a discriminação dos serviços realizados e quantidade de resíduos recolhidos durante o período de referência dos serviços.
- 10.10.4 Deixar de cumprir quaisquer itens do contrato e seus anexos, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.
- 10.11 O pagamento pelo serviço prestado se dará por Ton/mês, considerando suas respectivas características, com base nos tickets devidamente apresentados.
- 10.12 Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, situado na Praça Gov. Roberto Silveira, 44 - Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28660-000.
- 10.13 Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

Do recebimento

- 10.14 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 10.15 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 10.16 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 10.17 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 10.17.1 O fiscal do contrato deverá analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 10.18 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 10.19 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 10.20 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 10.21 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 10.22 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.23 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



10.24 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.24.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.24.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.24.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.24.4 Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.25 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.26 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.27 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

10.28 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

10.29 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

10.30 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.31 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.32 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.33 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação,



no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.34 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.35 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.36 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.37 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

10.38 O prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

10.39 O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

10.40 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Forma de pagamento

10.41 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.42 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.43 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.43.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.44 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:



- 11.1.1 Observar conduta adequada na utilização dos materiais, uniformes, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços, conforme normas protocolares para Segurança do Trabalho e Acordos de Ajustamento de Conduta em vigência.
- 11.1.2 Implementar, de forma adequada, a execução dos serviços e realizar a supervisão permanente, de forma a obter uma operação correta e eficaz, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pela Contratante.
- 11.1.3 Fornecer conjunto de uniforme a cada profissional que atuará na execução dos serviços, assim como o EPI e EPC necessário a cada um, de acordo com a atividade a ser realizada, gratuitamente, procedendo a sua reposição periódica, constado no uniforme: A Serviço da Prefeitura de Bom Jardim.
- 11.1.4 Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.
- 11.1.5 Atender, prontamente, às solicitações e observações feitas pela fiscalização do Contrato, que poderá recusar ou determinar que o serviço seja feito de outra maneira, a fim de atender aos padrões de qualidade.
- 11.1.6 A Contratada deverá cientificar, imediatamente, à Fiscalização do contrato de qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que aconteça durante a prestação dos serviços, para que esta decida ou auxilie na decisão para resolução da ocorrência e promova o registro.
- 11.2 Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em casos de emergência.
- 11.3 Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam motivadamente julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Fiscalização do contrato.
- 11.4 Substituir, no prazo definido pela Fiscalização, qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado, motivadamente, pela Contratante fora das especificações contidas no Termo de Referência;
- 11.5 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, em número compatível a quantidade de serviços a serem prestados;
- 11.6 Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 11.7 Responder pelos serviços que executar, na forma do contrato e da legislação aplicável;
- 11.8 Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, no total ou em partes, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 11.9 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 11.10 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;
- 11.11 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 11.12 Será de inteira responsabilidade da contratada, todos os encargos, equipamentos, bem como todo o material necessário para a perfeita execução dos serviços propostos.
- 11.13 Arcar com as despesas referentes aos tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços e mercadorias.



- 11.14 Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- 11.15 Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA e PCMSO a todos os funcionários, quando cabível.
- 11.16 Como condição para celebração do contrato, a empresa vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no Termo de Referência.
- 11.17 Caberá a Contratada, a designação, em caráter de tempo integral, de um profissional para representá-la junto a CONTRATANTE.
- 11.18 Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.
- 11.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.20 Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.
- 11.21 Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.
- 11.22 Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.
- 11.23 Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam as atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.
- 11.24 Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.
- 11.25 Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.
- 11.26 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.
- 11.27 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.28 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 11.29 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 11.30 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 11.31 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o



acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.32 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.33 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

11.34 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.35 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.36 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.37 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.38 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

11.40 Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação.

11.41 Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação,

11.42 Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.43 Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do serviço contratado.

11.44 Caberá à Contratada a observância de todas as normas ambientais vigentes e as que vigorarão sobre as atividades lícitas.

11.45 Prestar os serviços nos endereços constantes no termo de referência.

11.46 A CONTRATADA deverá realizar o transporte intermunicipal de resíduos em caminhões devidamente cobertos com lona impermeável (LOTE 2).

11.47 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato, o Certificado de Registro no Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ou entidade/órgão equivalente do Estado do Rio de Janeiro, para todas as atividades contratadas.

11.48 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato e durante toda a execução do contrato, Certidão Negativa de Débitos Ambientais com o órgão estadual competente



(do Estado do Rio de Janeiro).

11.49 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato, planilha completa detalhada de composição de custos pelos serviços contratados.

11.50 Apresentar no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato Licenças ambientais de Operação/Ambientais expedidas por órgão ambiental competente que autorize a empresa a executar as atividades de COLETA DE RSU, TRANSBORDO e TRANSPORTE de Resíduos Sólidos Urbanos não perigosos, expedida pelo órgão ambiental competente do Estado do Rio de Janeiro.

11.51 Apresentar no momento da assinatura contratual Licenças ambientais de Operação/Ambientais expedidas por órgão ambiental competente que autorize a empresa a operar atividade de estação de transferência – ETR, expedida pelo órgão ambiental competente do Estado do Rio de Janeiro de resíduos sólidos urbanos (RSU).

11.52 A Contratada deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados contratados na execução do contrato, ainda que em caráter de não exclusividade, em especial quanto ao:

I registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III comprovante de depósito FGTS;

IV recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

11.53 A empresa deverá cumprir rigorosamente as etapas descritas no item 7 deste Termo de Referência.

11.54 A Contratada deverá obedecer obrigatoriamente à regulamentação do sistema de Manifesto de Transportes de Resíduos – MTR, a qual estabelece a metodologia e que substitui a DZ1310. A norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos – NOP INEA 35 - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONAMA Nº 79, que estabelece as condições de controle da geração, transporte e destinação adequados de resíduos no Estado do Rio de Janeiro.

11.55 A CONTRATADA deverá dispor de balança, devidamente aferida, para a pesagem dos resíduos recebidos para tratamento e destinação final.

11.56 Todas as cargas de resíduos deverão ser pesadas em balança devidamente aferida pelo INMETRO, com emissão de tickets contendo peso bruto, tara e peso líquido. Os tickets deverão ser entregues mensalmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, servindo como base exclusiva para a medição e o pagamento dos serviços.

11.57 A Contratada deverá apresentar o comprovante anual de aferimento da balança.

11.58 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo a quantidade, em peso, de resíduos recebidos, bem como o comprovante da pesagem.

11.59 É obrigação da Contratada todo o Licenciamento necessário a execução das atividades.

11.60 Obrigação quanto ao Cumprimento da Convenção Coletiva

11.60.1 A Contratada deverá observar integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional envolvida na execução dos serviços. A Convenção Coletiva adotada



poderá ser aquela de sua preferência, desde que corresponda à atividade desempenhada e seja válida perante as entidades sindicais competentes.

11.60.2 Para fins de comprovação e fiscalização, a Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato, no momento da assinatura do instrumento contratual, a Convenção Coletiva escolhida e vigente, bem como quaisquer aditivos, termos ou documentos correlatos que estabeleçam direitos, deveres, pisos salariais, benefícios e demais condições de trabalho.

11.60.3 A Contratada deverá comprometer-se a cumprir integralmente todas as disposições constantes na Convenção Coletiva adotada, mantendo-a atualizada durante toda a vigência do contrato, inclusive em caso de prorrogações. Deverá, ainda, apresentar novas versões sempre que houver alterações, renovações ou atualizações promovidas pelos sindicatos. O descumprimento das normas previstas na Convenção Coletiva ou a falta de apresentação da documentação exigida poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, conforme legislação e regras contratuais.

11.61- No caso de a licitante vencedora apresentar o registro no CREA de outro estado da Federação, será obrigatório à apresentação à fiscalização do contrato no momento da assinatura contratual do visto no respectivo registro pelo CREA-RJ para execução dos serviços.

12 OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1 A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

12.1.1 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, bem como toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

12.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato ou através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, exigindo seu fiel e total cumprimento, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa.

12.1.3 Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

12.1.4 Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual, penalidades previstas no contrato e na Lei.

12.1.5 Relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada (preposto).

12.1.6 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos.

12.1.7 Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato.

12.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.3 Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

12.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.

12.6 A fiscalização deverá manter registros próprios do cumprimento da programação estabelecida para a coleta de RSU nas localidades especificadas.



12.7 A fiscalização deverá manter registros próprios de transbordo de RSU, como quantidade, dia, horário e veículo.

12.8 Disponibilizar canal de comunicação para atendimento e reclamações sobre a coleta da RSU.

12.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Exigências de habilitação

13.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.3 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

13.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

13.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da



Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e/ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.16 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.17 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, em relação aos tributos estaduais.

14.16.1- Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

13.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

13.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

13.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.22 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.23 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.24 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.25 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.26 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

13.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

13.28 Comprovante de registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de



Engenharia e Agronomia), CAU e/ou CRQ (Conselho Regional de Química), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, em plena validade.

Qualificação Técnico-Operacional

13.29 Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, em atendimento ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, fica definida que a parcela de maior relevância técnica e valor significativo para o item 1- é a Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos e o Transbordo.

13.30 Comprovação da capacitação TÉCNICO-PROFISSIONAL, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CRQ ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, especialmente do art. 67, I, da Lei nº 14.133/2021, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da prestação do serviço, objeto deste edital, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativos à execução de serviços.

13.31 Entende-se como vinculado ao licitante, o profissional de nível superior, que na data prevista para a assinatura contratual, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura;

13.32 No decorrer da execução do contrato, o profissional que trata os itens anteriores poderá ser substituído, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

13.33 Apresentar Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do art. 17, inc. II, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

13.34 Apresentar Certidão de Regularidade (CF) no cadastro técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

13.35 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

13.36 Comprovação de aptidão da empresa para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, limitado à parcela de maior relevância, na forma do Inc. II, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.36.1- Entende-se por pertinente e compatível em característica os atestados que em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares ao objeto do Edital, conforme parcela de maior relevância de no mínimo 50% da planilha onerada ou desonerada.

13.37 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

13.37.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade



de os anos serem ininterruptos, nos termos do art. 67, §5º, da Lei 14.133/2021.

13.38 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

13.39 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13.39.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Art. 67, VI, da Lei 14.133/2021.

13.40 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.41 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

13.42 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.43 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.44 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

14 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado preliminar total da contratação será apresentado pelo Setor de Gestão e Compras.

15 ADEQUAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2 A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

16. OBSERVAÇÕES

16.1. Encontram-se anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos, com arquivo (.kmz e .xlsx) que serão disponibilizados:

15.2.1 Anexo A – Relação dos locais para a Prestação dos Serviços (Rota coleta SRU).

15.2.1.1 Imagem do Mapa Municipal de Bom Jardim com a malha viária e a setorização da coleta de resíduos sólidos. Além da indicação de frequência, agora incluímos a extensão aproximada das vias em cada categoria:

- Coleta diária – Polígono da cor azul escuro indica áreas de alta geração de resíduos, onde a coleta deve ocorrer todos os dias (domingo a domingo). Esses setores concentram cerca de 170,28 km de



malha.

- **No Distrito SEDE- centro da cidade, a coleta é realizada duas vezes por dia, de segunda-feira a sexta-feira.**
- Coleta seis vezes por semana – Polígono da cor azul claro indica áreas de alta geração de resíduos, onde a coleta deve ocorrer todos os dias (segunda a sábado). Esses setores concentram cerca de 288,32 km de malha.
- Coleta três vezes por semana – Polígonos demarcados pela cor amarelo representam locais atendidos três vezes por semana, totalizando aproximadamente 3,81km de malha.
- Coleta duas vezes por semana – Polígonos demarcados pela cor roxo representam locais atendidos duas vezes por semana, totalizando aproximadamente 64,55 km de malha.
- Coleta uma vez por semana – Polígonos demarcados pela cor laranja representam locais atendidos uma vez por semana, totalizando aproximadamente 32,09km de malha.
- Todas as vias dentro desses limites, totalizando uma malha de aproximadamente 559,05 km, estão mapeadas para garantir cobertura integral do serviço, possibilitando melhor planejamento logístico, monitoramento e futuras atualizações com precisão.

16.1.2 – Anexo B - Relação dos locais para a Prestação dos Serviços (ROTA COLETA SELETIVA);

16.1.3 – Anexo C – Modelo de Planilha;

16.1.4 - Anexo D - Demonstrativo BDI ;

16.1.5 - Anexo E – Modelo de Planilha Cronograma Físico-Financeiro ;

16.1.6 – Anexo F – Modelo de Planilha de Composição de Custos dos Serviços ;

16.1.7 – Anexo G– Memória de Cálculo ;

17. RESPONSÁVEL

Tainá Aparecida Soares Eler

Diretora Geral da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

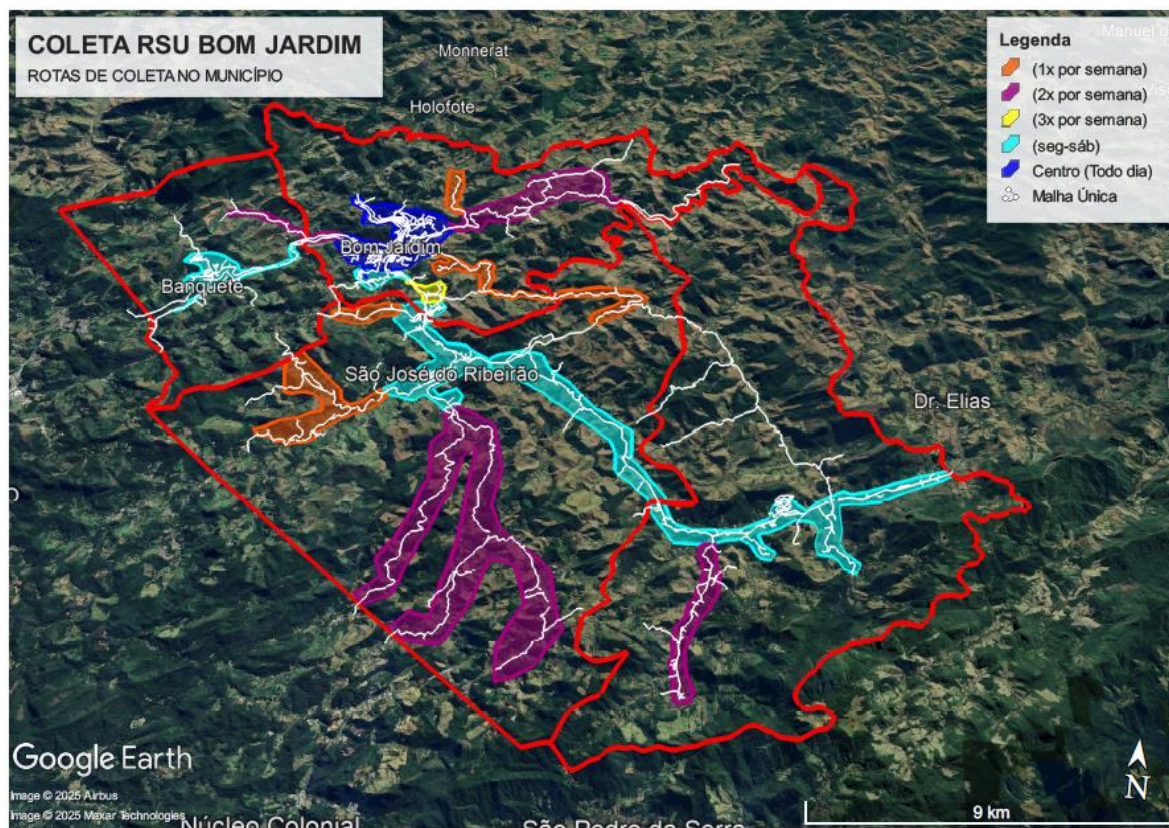
Matrícula nº 41/7777 - SEMMAS

Responsável pela elaboração deste Termo de Referência



ANEXO A (COLETA de RSU)

Imagem ilustrativa (podendo ser acessada pelo arquivo disponibilizado) do Mapa Municipal de Bom Jardim com polígonos compreendendo os pontos de coleta de resíduos sólidos.





ANEXO B (rota coleta seletiva)

LINHAS	LOCAIS	ESTRADAS	Média KM /dia	HORA /dia
<u>01 VEZ</u> <u>POR</u> <u>SEMANA</u>	Centro, Novo Mundo, Trevo São Cristovão, Conjunto Cehab, Bela Vista, Arrasto, Arraial de Santo Antônio, Lot. Deir do Amaral, Lot. Portal da Mata, Babaquara, Maravilha, Águas Claras, Barra Alegre, Santo Antônio, São José do Ribeirão, Alto de São José.	78 % pavimentado	236 km	Média de 08 horas
	Jardim Boa Esperança, Caxangá, São Miguel, Bairro dos Alves, Loteamento dos Alves, Loteamento Primos, Buracada, Loteamento Alpes da Serra, Bem-te-Vi, Poço Fundo, Campo Belo, Jardim Boa Ornellas, Barra de Santa Tereza, Banquete.	22 % não pavimentado		



ANEXO C – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
COLETA, TRANSBORDO , TRANSPORTE DE RESÍDUOS E COLETA SELETIVA								
						Referencia:		ano 2024
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD. MENSAL (MÉDIA)	QTD - 12 MESES	PREÇO	PREÇO UNITÁRIO + BDI	
						UNITÁRIO	20,75%	TOTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE								
1	Composição	Coleta de resíduos sólidos domiciliares com caminhão compactador,coleta de volumosos e Transbordo	TON	617,220	7.406,64			
2		Contratação de Serviço de Transporte de RSU até a estinação final – Aterro Sanitário	TON	617,220	7.406,64			
3		Contratação de Serviço de Coleta Seletiva e Processamento dos Resídos do Município de Bom Jardim.	TON	4,030	48,36			
TOTAL DOS SERVIÇOS								R\$ 0,00

OBJETO: COLETA, TRANSBORDO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES E VOLUMOSOS E COLETA SELETIVA

PRAZO: 12 MESES



ANEXO D – DEMONSTRATIVO BDI

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO B.D.I	
X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras	
TIPO	ALÍQUOTA(%)
X.1 - Administração Central	3,80%
X.2 - Seguros + Garantia	0,32%
X.3- Riscos	0,50%
X =	4,62%
Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
Y.1 - Despesas Financeiras	0,94%
Y =	0,94%
Z . Taxa representativa do LUCRO	
TIPO	ALÍQUOTA(%)
Z.1 - Lucro Presumido	6,74%
Z =	6,74%
I . Taxa representativa da incidência dos IMPOSTOS (sobre o FATURAMENTO da empresa)	
TIPO	ALÍQUOTA(%)
I.1 - I S S (Imposto sobre Serviços) - Municipal	3,00%
I.2 - COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) Federal	3,00%
I.3 - P I S (Programa de Integração Social) - Federal	0,65%
I=	6,65%
B D I - Benefício e Despesas Indiretas	
$BDI = (1 + X) (1 + Y) (1 + Z) - 1$	
$(1 - I)$	
X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras;	
Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS;	
Z é a Taxa representativa do LUCRO;	
I é a Taxa representativa dos IMPOSTOS.	
BDI =	20,75%



ANEXO E – MODELO DE PLANILHA CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	TOTAL
DESTINAÇÃO	%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%
FINAL	R\$													

ETAPA	MÊS	R\$ ETAPA	% ETAPA
1	1		8,33%
2	2		8,33%
3	3		8,33%
4	4		8,33%
5	5		8,33%
6	6		8,33%
7	7		8,33%
8	8		8,33%
9	9		8,33%
10	10		8,33%
11	11		8,33%
12	12		8,33%
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MAXIMO			



ANEXO F – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS

DADOS PRELIMINARES PARA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS			
	Período de trabalho	(operacional)	26 dias/mês
	Dias trabalhados	*Segunda a sexta - 22 dias + Sábado -1/2 dia x 4 = 2 dias + Domingo -1/2 dia x 4 = 2 dias	26 dias
	Horas trabalhadas no mês	26 dias x 8 horas por dia	208 horas/mês
Obs.: Alimentação e salário base de servente, considera se a convenção coletiva.			
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026			
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001489/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/06/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR029729/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 47997.278154/2025-60 DATA DO PROTOCOLO:11/06/2025			
obs.: Alimentação e salário base de servente, considera-se a convenção coletiva(2025-2026).			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - COLETOR					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês
	Coletor		208		
	Encargos sociais e trabalhista				incluso
	Insalubridade sobre salário base		Porcentagem		
	DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	Custo/dia	Custo/mês
	Alimentação		26		
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Calça de brim com faixa reflexiva		0,33		
5	Camisa de brim com faixa reflexiva		0,5		
5	Bota de couro impermeável		0,5		
3	Chapéu boné com proteção no pescoço		0,33		
3	Protetor solar fator 50		0,33		
3	Capa de chuva PVC forrada		0,33		
18	Luva de raspa cano longo		2,00		
27	Abafador de ruído/protetor auricular		3,00		

8 h/dia * 26 dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

CUSTO MENSAL PARA FUNÇÃO DE COLETOR DE LIXO					
COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - ENCARREGADO					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês
	Encarregado		208		
	Encargos sociais e trabalhista				incluso
	Insalubridade sobre salário base		Porcentagem		
	DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	Custo/dia	Custo/mês
	Alimentação		22		
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Calça de brim com faixa reflexiva		0,33		
5	Camisa de brim com faixa reflexiva		0,5		
5	Bota de couro impermeável		0,5		
3	Chapéu boné com proteção no pescoço		0,33		
CUSTO MENSAL PARA FUNÇÃO DE ENCARREGADO					

8 h/dia * 26 dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - MOTORISTA					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês
	Motorista		208		
	Encargos sociais e trabalhista				incluso
	Insalubridade sobre salário base		Porcentagem		
	DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	Custo/dia	Custo/mês
	Alimentação		22		
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Calça de brim com faixa reflexiva		0,33		
5	Camisa de brim com faixa reflexiva		0,5		
5	Bota de couro impermeável		0,5		
3	Chapéu boné com proteção no pescoço		0,33		
CUSTO MENSAL PARA FUNÇÃO DE MOTORISTA					

8 h/dia * 26 dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

VEÍCULOS

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 15 m³					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês
	Caminhão compactador de lixo com capac. De 15 m³		1		
	Pneus p/ caminhão 275/80 r 22.5 ou equivalente				
	Combustível (litros) Diesel				
	Manutenção e peças para reposição – custo estimado				
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Vassoura Gari piaçava		0,33		
2	Pá quadrada com cabo		0,25		
CUSTO MENSAL PARA CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 15M³					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 6 m³					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês
	Caminhão compactador de lixo com capac. De 6 m³		1		
	Pneus p/ caminhão 275/80 r 22.5 ou equivalente				
	Combustível (litros) Diesel				
	Manutenção e peças para reposição – custo estimado				
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Vassoura Gari piaçava		0,33		
2	Pá quadrada com cabo		0,25		
CUSTO MENSAL PARA CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 6M³					

obs. AMBOS OS CAMINHÕES COMPACTADORES	Distancia percorrida de dezembro ao final de janeiro	1680	km/mês
	vida util do equipamento	60	meses



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - CAMINHÃO BASCULANTE COLETA DE VOLUMOSOS, PODAS, GALHOS					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês
	Caminhão Basculante Coletor equipado com caçamba articulada na parte traseira, com capacidade 6m³		1		
	Pneus p/ caminhão 275/80 r 22.5 ou equivalente				
	Combustível (litros) Diesel				
	Manutenção e peças para reposição – custo estimado				
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Vassoura Gari piaçava	(cotação de mercado)	0,33		
CUSTO MENSAL PARA CAMINHÃO BASCULANTE PARA COLETA DE VOLUMOSOS					

obs.	Distancia percorrida de dezembro ao final de janeiro	1779,5	km/mês
obs.	vida util do equipamento	60	meses



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - CAMINHÃO BAÚ COLETA SELETIVA					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unit.	Custo/mês
	Caminhão BAÚ Coletor, com capacidade 6m³		1		
	Pneus p/ caminhão 275/80 r 22.5 ou equivalente				
	Combustível (litros) Diesel				
	Manutenção e peças para reposição – custo estimado				
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Vassoura Gari piaçava	(cotação de mercado)	0,33		
CUSTO MENSAL PARA CAMINHÃO BASCULANTE PARA COLETA DE VOLUMOSOS					

obs.	Distancia percorrida de dezembro ao final de janeiro	1880	km/mês
obs.	vida util do equipamento	60	meses



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO – DESLOCAMENTO VEÍCULO DE APOIO TIPO PICK-UP					
	Camionete tipo pick-up, com cabine simples e caçamba, tipo leve, motor bicombustível (gasolina e álcool)	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês
	Combustível (litros) gasolina/etanol				
	Pneus 265/65 R17 ou equivalente				
	Manutenção e peças para reposição – custo estimado				
CUSTO MENSAL PARA O DESLOCAMENTO DO VEÍCULO PICK UP AO ATERRO					

obs.		300	km/mês
obs.	vida útil do equipamento	60	meses

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO - RESERVA					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês
	Caminhão compactador de lixo com capac. De 15 m³		1		
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Vassoura Gari piaçava		0,33		
2	Pá quadrada com cabo		0,25		
CUSTO MENSAL PARA CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO 15M³					



ESTAÇÃO DE TRANSBORDO E TRANSPORTE AO ATERRO

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - OPERADOR DE MAQUINA					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês
	Operador		208		
	Encargos sociais e trabalhista				incluso
	Insalubridade sobre salário base de ajudante		Porcentagem		
	DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	Custo/dia	Custo/mês
	Alimentação		22		
QUANT/ANO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS	Custo/unit.	Custo/mês
3	Calça de brim com faixa reflexiva		0,33		
5	Camisa de brim com faixa reflexiva		0,5		
5	Bota de couro impermeável		0,5		
27	Abafador de ruído/protetor auricular		3		
CUSTO MENSAL PARA FUNÇÃO DE OPERADOR DE MAQUINA					

8 h/dia * 26 dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - EMBARQUE DE RSD NO CAMINHÃO NA AREA DE TRANSBORDO					
DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês	
RETROESCAVADEIRA, COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 7T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV		104			4 h/dia * 26 dias
exclusive operador					
Encarregado		1,00			
Ajudante (coletor)		2			
			Preço Total	Custo/mês	
Aquisição balança rodoviária cap. 60 t /manutenção		1			valor mensal = o valor total da aquisição da balança / pelo prazo de 12 meses.
Calibração de balança de acordo com a NIT-DICOL-003, do INMETRO		1			
CUSTO MENSAL PARA EMBARQUE DE RSD NO CAMINHÃO NA AREA DE TRANSBORDO					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO - TRANSPORTE DO TRANSBORDO PARA O ATERRO LICENCIADO					
	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO	QUANTIDADE	Custo/hora	Custo/mês
Transporte para o aterro de segunda a sexta	Caminhão com carroceria fixa, trucad, cap. 12 t, exclusive motorista		1		
OBS.: Uma caçamba permanece na Estação de Transbordo para recebimento dos resíduos, enquanto a outra, após atingir sua capacidade, é transportada por caminhão até o aterro, mantendo a continuidade da operação.				Preço unidade	Custo/mês
	coleta e transporte de resíduos em caçamba"roll-on/roll-off", aberta, com capacidade aprox. de 35m³		2,00		
				Preço tonelada	Custo/mês
	descarga de resíduos		617,22		
CUSTO MENSAL PARA TRANSPORTE DO TRANSBORDO AO ATERRO LICENCIADO					

obs.	Distancia percorrida de dezembro ao final de janeiro	5187,5	km/mês
obs.	vida util do equipamento	60	meses



ANEXO G – MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SERVIÇO COLETA DE RESIDUOS SOLIDOS COM CAMINHÃO COMPACTADOR, COLETA DE VOLUMOSOS, VEÍCULO DE APOIO							
					MEMÓRIA DE CÁLCULO		
DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês	OBSERVAÇÃO		
Encarregado		1					
Motorista		8			considerando 1 reserva		
Coletor (3 coletores veículos de 15 m³, 2 nos veículos de 6 m³ e 1 coletor no veículo de apoio.		18			considerando 1 reserva		
Caminhão Basculante 06 m³		1			1 caminhão basculante para o serviço de coleta de volumosos		
caminhão compactador 15 m³		4			4 caminhão compactador para o serviço de coleta de RSU		
caminhão compactador 15 m³ reserva		1			1 caminhão compactador reserva para o serviço de coleta de RSU		
caminhão basculante 06 m³		1			1 caminhões compactador para o serviço de coleta de RSU		
Veículo de apoio		1			1 veículo de apoio		
		QUANTIDADE				ton/mês	kg/mês
População	Estimativa IBGE POPULAÇÃO ESTIMADA (estimativa julho 2024)	29.736,00	habitantes		peso total mensal (média 2024)	617,22	617.219,17
Peso gerado por dia por pessoa	Peso médio dividindo kg/dia pelo nº de habitantes	0,69	kg/dia/hab.		população	29.736,00	



peso gerado por dia pela população	Peso médio dividindo 617,22 ton/mês por 30 dias	20,57	ton/dia		peso total diário	20,57	20.573,97
peso gerado por mês pela população	Peso médio de acordo com documentos e relatórios encaminhados pela Sec. Meio Ambiente, da empresa transportadora de resíduos no ano 2024	617,22	Ton./mês		geração de lixo por hab./dia	0,69	
peso estimado de coleta por mês		617,22	Ton./mês				
Valor mensal estimado para coleta de resíduos							
CUSTO POR TONELADA PARA COLETA DE RESÍDUOS							



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				MEMÓRIA DE CÁLCULO
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid	Custo/mês	
operador	1,00	Custo/mês		1 operador de maquina
RETROESCAVADEIRA, COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 7T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV	1,00			1 RETROESCAVADEIRA, COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 7T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV
aquisição de balança rodoviária cap. 60 t e calibração de balança	1,00			1 aquisição e calibração de balança rodoviária
Ajudante/coletor	2,00			2 Ajudantes
	QUANTIDADE			
peso estimado de coleta por mês	617,22	Ton.		
Valor mensal para estação de transbordo		R\$		
CUSTO POR TONELADA PARA COLETA DE RESIDUOS			R\$ 0,00	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SERVIÇO TRANSPORTE DOS RSU AO ATERRO				MEMÓRIA DE CÁLCULO
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid	Custo/mês	
motorista	1			1 motorista para transporte até o aterro sanitário
Transporte em caminhão com dispositivo de rool-on roll-off	1			1 caminhão com dispositivo de rool-on roll-off para transporte até o aterro sanitário
	QUANTIDADE			
peso estimado de coleta por mês	617,22	Ton.		
Valor mensal para transporte para aterro licenciado				
CUSTO POR TONELADA PARA COLETA DE RESÍDUOS				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SERVIÇO DE COLETA SELETIVA					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Custo/unid.	Custo/mês		
Motorista	1				
Coletor (2 nos veículos de 6 m³)	2				
Caminhão Baú 06 m³	1				1 caminhão baú para o serviço de coleta de seletiva
Balança para coleta Seletiva	1				Balança industrial de plataforma, com capacidade mínima de 500 kg, podendo ser fixa ou portátil
CUSTO POR TONELADA PARA COLETA DE RESÍDUOS					



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO 0941/2026
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

1 – PROPONENTE

Empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	Fax:	
E-mail:		
Sócio Proprietário:	RG:	
CPF:		

2 – VALOR PROPOSTO PARA OS SERVIÇOS

Apresentamos nossa proposta para contratação do objeto desta concorrência, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO POR TONELADA R\$	VALOR GLOBAL R\$
01	1.1	<u>Coleta de Resíduos Domiciliares e Urbanos Classe II, Coleta de Volumosos e Transbordo</u> Área Geográfica do Objeto • 1º distrito (sede): Bom Jardim • 2º distrito: São José do Ribeirão • 3º distrito: Banquete • 4º distrito: Barra Alegre	- Ton/ Mês	7.406,64		
	1.2	<u>Transporte dos Resíduos Coletados até o Aterro Sanitário (destinação final)</u>	Ton/ Mês	7.406,64		
	1.3	<u>Coleta Seletiva e Triagem Simplificada dos Resíduos do Município de Bom Jardim.</u> Área Geográfica do Objeto • 1º distrito (sede): Bom Jardim • 2º distrito: São José do Ribeirão	- Ton/ Mês	48,36		
VALOR GLOBAL – GERAL						

OBS: A Planilha Orçamentária; Demonstrativo BDI; Cronograma Físico-Financeiro; Composição de Custos dos Serviços e Memória de Cálculo, devidamente preenchidos com todos os itens deverão ser anexados quando da apresentação da proposta final.

3 – Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

4 – CONDIÇÕES GERAIS A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como de seus anexo.

5 – LOCAL E PRAZO DE ENTREGA De acordo com o especificado no Projeto Básico, deste Edital. Validade da Proposta: Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias consecutivos contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

ENDEREÇO DO SISTEMA DE CONCORRÊNCIA: www.licitanet.com.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

BANCO :

AGÊNCIA:

CONTA:

OPERAÇÃO:

NOME DA EMPRESA E SEU REPRESENTANTE LEGAL

_____de_____de 2026

Assinatura do Proponente



EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
ANEXO III
DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
- b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;
- c) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;
- e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do Edital;
- h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;
- k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.
- m) de idoneidade
- n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



o) DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA em que a empresa DEVERÁ marcar uma das opções, atestando que realizou ou não a visita prevista.

() DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa **realizou a visita técnica**, conforme atestado emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em anexo.

() DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa **optou por não realizar a visita técnica**, e quem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

p) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

o) Declaro para os devidos fins que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

_____de_____de 2026

LOCAL E DATA

Assinatura Digital:

OBSERVAÇÕES:

TODAS AS FOLHAS DEVERÃO SER CARIMBADAS E ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA



EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
ANEXO IV
CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

Ao
Município de Bom Jardim/RJ.
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44,-2º andar Centro-Bom Jardim-RJ.

—

Ao (À) Agente de Contratação

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, residente e domiciliado na Rua _____, portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade CONCORRÊNCIA nº _____, a ser realizada em _____. No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

(local), ____ de ____ de 2026

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.
Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;



EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026
ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº 0XX/ 2026
REF: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E URBANOS (CLASSE II), COLETA DE VOLUMOSOS, TRANSBORDO E TRANSPORTE ATÉ O ATERRO SANITÁRIO, COLETA SELETIVA E TRIAGEM DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM E A EMPRESA XXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, pessoa jurídica de direito público, sito na Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.561.041/0001-76, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ**, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº 045290665, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.913.077-20, com endereço profissional na Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28.660-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. XXX, com sede na XXX, CEP XX, neste ato representada por **XXX** portadora da Carteira de Identidade nº XXX, expedida pelo XX, inscrita no CPF/MF sob o nº XX, a seguir denominada **CONTRATADA**, na modalidade Pregão Eletrônico nº .../ano, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, constante dos autos do Processo Administrativo 0941/2026, em nome da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações, e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui o presente objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços continuados de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Urbanos (Classe II), Coleta de Volumosos, Transbordo e Transporte até o Aterro Sanitário, bem como a Coleta Seletiva e Triagem dos Resíduos Recicláveis com fornecimento de equipamentos e mão de obra especializada, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, do Edital.

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência, no instrumento convocatório, com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.DE MEDIDA	QUANT. MÉDIA MENSAL	QUANT. 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO + BDI (XX%)
1	1	<u>Coleta de Resíduos Domiciliares e Urbanos Classe II, Coleta de Volumosos e Transbordo</u> Área Geográfica do Objeto <ul style="list-style-type: none">1º distrito (sede): Bom Jardim2º distrito: São José do Ribeirão3º distrito: Banquete4º distrito: Barra Alegre	TON/MÊS	617,220	7.406,64		
	2	<u>Transporte dos Resíduos Coletados até o Aterro Sanitário (destinação final)</u>	TON/MÊS	617,22	7.406,64		
	3	<u>Coleta Seletiva e Triagem Simplificada dos Resíduos do Município de Bom Jardim.</u> Área Geográfica do Objeto <ul style="list-style-type: none">1º distrito (sede): Bom Jardim2º distrito: São José do Ribeirão	TON/MÊS	4,030	48,360		

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DO OBJETO

a. A forma de execução será INDIRETA, pelo regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Parágrafo Primeiro - A execução dos serviços objeto deste contrato terá início em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da respectiva Ordem de Início, a ser formalmente expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em estrita observância ao que dispõe o instrumento convocatório e a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A empresa contratada para o deverá prestar o serviço conforme especificações apresentadas no mapa, ANEXO A do Termo de Referência, item 1 e 2. E para o item 3, conforme locais apresentados no ANEXO B do Termo de Referência:

7.3.1. As atividades de coleta deverão iniciar às 06h00min (seis horas) com término às 16h00min (dezesseis horas).

7.3.2. A Coleta de resíduos sólidos domiciliares e urbanos será realizada nas linhas estabelecida neste documento, conforme ANEXO A do Termo de Referência, com a utilização de 04 (quatro) caminhões compactadores de 15 m³, e 01 (um) caminhão compactador de 6 m³, com sistema de carregamento traseiro; caixa coletora de chorume, sinalização de acordo com as normas de trânsito; plataforma traseira, com corrimão superior e lateral; sonorizador de ré; farol traseiro para iluminação da praça de carga (coleta noturna); estribo traseiro; sistema de elevação para o contentor de resíduos, suporte para pás e vassoura; sistema de comunicação sonora entre garis e motorista, de acordo com as normas de trânsito CONTRAN.

2.1- A coleta de resíduos sólidos (**item 7.3.8.3 D**), no Município de Bom Jardim será realizada conforme demanda solicitada pelo município e/ou avistadas pelos motoristas e coletores no decorrer da prestação dos serviços diários. A coleta de podas, galhos e volumosos deverá ser realizada com caminhão basculante.

7.3.3. A Coleta seletiva porta a porta será realizada nas linhas estabelecida neste documento, conforme ANEXO B do Termo de Referência, com a utilização de 01 (um) caminhão coletor equipado com baú.

7.3.4. Os compactadores de 15 m³ serão dotados de equipe com 01 (um) motorista e, no mínimo, de 03 (três) coletores, os demais veículos com equipe de 01 (um) motorista e, no mínimo 02 (dois) coletores.



- 4.1- Os coletores são responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos nos recipientes que podem ser: latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes e pelo despejo nos respectivos caminhões. Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com precaução e esvaziá-los completamente, com os cuidados necessários para não os danificar e evitar a queda de resíduos nas vias públicas, depois de esvaziados os recipientes, deverão ser realocados no mesmo local, de maneira correta pela equipe de coleta.
- 4.2- Todas as operações deverão ser executadas de forma ordenada, cuidadosa e sem danificar os recipientes.

7.3.5. Os veículos utilizados pela empresa deverão ser adesivados com a seguinte frase: “A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM” e com adesivos da empresa contratada, apresentando sempre bom aspecto de uso;

5.1 - Todos os veículos deverão:

- a) Possuir sinalização sonora para marcha à ré;
- b) Possuir sistema de rastreamento via GPS online ou outro equipamento/tecnologia que permita identificar, em tempo real, os percursos dos roteiros percorridos pelos caminhões de coleta, equipados com software específico para esta finalidade, em ambos os caminhões;
- c) Estar com o velocímetro e hodômetro em perfeito estado de funcionamento;
- d) Possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais;
- e) Os veículos de coleta devem estar equipados com plataforma para apoio dos coletores, vassouras, pás, sacos plásticos e cones para sinalização, que constituem equipamentos obrigatórios, para que os resíduos porventura derramados durante a coleta sejam varridos e recolhidos, além de sistema de captação de chorume entre o compartimento de carga e a tampa traseira, com capacidade suficiente para não haver o derramamento de líquidos nas vias públicas;
- f) Estar com as revisões obrigatórias em dia;
- g) Estar em perfeito estado de conservação, sem vazamentos na prensa compactadora, mangueiras hidráulicas, de arrefecimento, combustível ou lubrificantes, bem como quaisquer outros defeitos que possam comprometer a qualidade da prestação do serviço.
- h) Obter sistema de elevação para o contentor de resíduos.

7.3.6. A equipe de coleta - motoristas deverão utilizar uniformes completos - calça de brim, camisa de brim, bota de couro e boné - e os coletores deverão utilizar uniformes completos - calça de brim, camisa de brim, bota de couro, boné, protetor de ouvido, protetor solar, capa de chuva (no caso de chuvas) e luva de raspa, além de outro eventual equipamento de segurança adequado, tal como, colete refletivo e EPI's devidamente certificados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

6.1 - Caso a condição de serviço exija, deverão ser adotadas todas as medidas de segurança necessárias para o desempenho da atividade.

7.3.7. O recolhimento do lixo se dará em todas as vias e logradouros do Município de Bom Jardim, incluindo áreas urbanas e rurais, conforme ANEXO A do Termo de Referência, e a coleta seletiva, conforme ANEXO B do Termo de Referência, apresentado neste Termo de Referência.

7.3.8. A coleta de resíduos deverá ser executada, porta a porta, em pontos de coleta específicos e em recipientes que podem ser: latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes, em todas as vias públicas e abertas à circulação de veículos, ou que venham a serem abertas durante a vigência do contrato, independentemente de solicitação da Prefeitura, desde que acessíveis a veículos de coleta. Já a coleta seletiva deverá ser realizada porta a porta.

8.1- Caso a via não permita o acesso ao veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser efetuada manualmente pela equipe de coleta e/ou por carro de apoio tipo: Veículo tipo pick-up, com cabine simples e caçamba, tipo leve, motor bicomcombustível (gasolina e álcool).

8.2- São resíduos sólidos com características domiciliares aqueles oriundos das unidades familiares, resíduos urbanos, dos mercados e feiras livres, das repartições públicas e dos serviços de varrição gerados na sede e logradouros do município;

8.3- Os seguintes tipos de resíduos deverão ser coletados por este serviço:

A – resíduos com características domiciliares, comerciais e feiras livres;



B – resíduos de varredura domiciliar e vias públicas;

C – resíduos originários de estabelecimentos públicos, institucionais e de prestação de serviços;

D – restos de móveis, de colchões, de utensílios de mudanças, podas, galhos e outros similares.

7.3.9. A empresa se encarregará pela manutenção dos caminhões, combustível, motorista, ajudante e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;

9.1- A responsabilidade pela manutenção (admissão, remuneração, subordinação e dispensa) das equipes de coleta será da empresa contratada, que assumirá todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras atinentes a tal procedimento, não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do Município em relação à mesma.

9.2- Em caso de problemas com os veículos a contratada deverá realizar a imediata correção/conserto, em caso que o dano ou fato impeça o veículo de executar as atividades, a contratada deverá promover a substituição do veículo ou equipamento, para dar continuidade à prestação do serviço no prazo de 24 horas sob pena de inexecução contratual.

9.3- Coleta Seletiva

9.3-1. A Coleta Seletiva será realizada por meio de caminhão tipo baú, conforme item 7.3.3.

9.3-2. Os materiais recicláveis coletados poderão ser destinados ao mesmo local de transbordo utilizado para os resíduos comuns ou, alternativamente, a outro espaço devidamente licenciado para a atividade de triagem de recicláveis, desde que atenda às exigências ambientais e operacionais pertinentes.

9.3-3. A triagem realizada no âmbito da Coleta Seletiva adotará um modelo operacional **simplificado, porém eficiente**, baseado na **segregação manual** dos materiais recicláveis. Os recicláveis serão dispostos em área adequada dentro da Estação de Transbordo ou em outro local licenciado, onde trabalhadores realizarão a separação por tipo de material, garantindo organização, higiene e segurança durante o processo. Mesmo sem a utilização de prensa ou outros equipamentos de compactação, a segregação manual possibilita a adequada classificação dos resíduos, evitando contaminações cruzadas e assegurando que cada tipo de material seja encaminhado corretamente para seu destino de valorização, reciclagem ou comercialização.

9.3-4. A contratada deverá realizar o controle e o registro das quantidades coletadas e processadas, emitindo relatórios e tickets contendo o total coletado, o total efetivamente reciclado e o total comercializado, bem como apresentar as respectivas notas fiscais de venda dos materiais recicláveis.

9.3-5. A pesagem dos materiais recicláveis coletados será realizada utilizando o **método operacional de tara e peso bruto**, por meio da balança rodoviária instalada na Estação de Transbordo.

9.3-5.1. Pesagem Inicial – Caminhão Cheio (Peso Bruto)

I.O veículo coletor da Coleta Seletiva chega à Estação de Transbordo.

II.O caminhão é direcionado à balança rodoviária.

III.A balança registra:

- **Peso Bruto (PB)** = caminhão + carga
- Placa do veículo
- Data e horário da pesagem
- Identificação do motorista e da rota/bairro coletado

IV.Um ticket de pesagem é emitido automaticamente.

9.3-5.2. Descarga e Segregação Manual

I.O caminhão descarrega os recicláveis na área de segregação.

II.A equipe realiza a **separação manual**, sem compactação.

9.3-5.3. Pesagem Final – Caminhão Vazio (Tara)

I.Após descarregar, o mesmo caminhão retorna à balança para nova pesagem, com o caminhão vazio:

II.A balança registra:

- **Tara (T)** = peso do caminhão sem materiais
- Placa
- Data e horário

III.Um ticket de tara é emitido.



9.3-6. Será de responsabilidade da empresa contratada a destinação final dos resíduos coletados na coleta seletiva. Assim, considerando os objetivos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a contratada deverá apresentar relatório detalhado contendo:

- o local de destino final dos resíduos coletados pela coleta seletiva;
- a relação dos itens coletados, com suas respectivas pesagens e comprovantes (tickets);
- a identificação dos bairros em que ocorreram as coletas;
- o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
- a comprovação de que a empresa receptora do material coletado é devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes;
- a nota fiscal de venda dos materiais, quando for o caso.

7.3.10. Triagem Simplificada

10.1- A triagem a ser realizada no âmbito da coleta seletiva adotará um processo operacional simples, porém suficiente para assegurar o adequado manejo dos materiais recicláveis recebidos. A mesa de separação será utilizada como ponto inicial do processo, permitindo que os recicláveis sejam dispostos de forma organizada e devidamente separados conforme suas categorias (papel, plástico, vidro, metal, entre outros). Embora se trate de uma estrutura simplificada, ela é suficiente para assegurar que os materiais sejam manuseados com higiene, segurança e eficiência, reduzindo contaminações cruzadas e otimizando o fluxo de trabalho.

Após a segregação manual, os materiais passíveis de compactação serão encaminhados à prensa. A utilização da prensa tem como finalidade reduzir o volume dos recicláveis, facilitando o armazenamento e o transporte até seu destino final ou às unidades de valorização. A compactação contribui também para a racionalização dos custos logísticos, ao permitir o transporte de cargas mais densas e organizadas. Por fim, todo o material processado deverá ser devidamente pesado por meio da balança instalada no local. A pesagem é etapa fundamental, pois possibilita o registro preciso das quantidades de cada tipo de resíduo triado, atendendo às exigências contratuais, ambientais e de rastreabilidade. Esses dados são essenciais para o controle operacional, elaboração de relatórios e comprovação dos resultados obtidos com a coleta seletiva. Assim, mesmo com uma estrutura simplificada, composta apenas por mesa de separação e balança, a triagem será capaz de atender às necessidades do serviço, assegurando a conformidade com as normas vigentes e a eficiência no tratamento dos materiais recicláveis.

11- Estação de Transbordo

11.1- A operação da Estação de Transbordo será realizada de forma **integrada e contínua pela empresa contratada**, responsável pela execução dos serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos, transporte, transbordo e encaminhamento à destinação final ambientalmente adequada. A contratada deterá **responsabilidade integral** pela gestão, funcionamento e controle operacional da Estação de Transbordo, devendo assegurar a adoção de procedimentos adequados de recepção, pesagem, rastreabilidade e fluxo logístico dos resíduos, de modo a evitar qualquer acúmulo indevido no local e a garantir a regularidade, a eficiência e a conformidade ambiental da operação.

11.2- Chegada dos Caminhões Coletores

11.2.1.1. Ao chegarem à Estação de Transbordo, os caminhões coletores serão obrigatoriamente pesados, registrando:

- peso bruto do veículo carregado;
- placa do veículo;
- horário de entrada;
- rota/bairro de origem.

11.2.2. Descarga e Controle na área de Transbordo

11.2.2.1- Os coletores realizarão a descarga em local próprio, com piso impermeabilizado, canaletas e contenção;

11.2.2.2- A descarga será acompanhada pela fiscalização e pelo registro da rota correspondente;

11.2.2.3 - Após a descarga, os caminhões coletores poderão **passar novamente pela balança**, quando previsto, para registro do peso do veículo vazio.

11.2.3. Transferência dos Resíduos para os equipamentos roll on – roll off

11.2.3.1- A empresa disponibilizará caçambas aptas para receber o resíduo descarregado;



11.2.3.2- Os resíduos serão carregados utilizando os equipamentos da estação (pá carregadeira, empurradores mecânicos, etc.);

11.2.3.3 - Após o completo carregamento, as caçambas serão fechadas e lacradas, quando aplicável.

11.2.3.4- A Estação de Transbordo deverá estar situada a um raio de 20 km da sede do Município fundamentando-se em critérios de eficiência operacional, economicidade e proteção ambiental, elementos essenciais para a adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos. A proximidade entre a sede municipal e a área de transbordo permite a redução significativa dos tempos de deslocamento dos caminhões coletores, o que resulta em maior produtividade, menor desgaste da frota e otimização das rotas de coleta. Essa configuração reduz também o consumo de combustível, gera economia direta ao contrato e contribui para a manutenção da regularidade e continuidade do serviço.

12. Transporte final dos rejeitos

12.1-1. O Transporte intermunicipal do lixo não reciclável – rejeito - deverá ser transferido até um local de destinação final contratado pelo Município de Bom Jardim, com uso de caminhão roll on roll off, equipado com caçamba, com capacidade mínima de 35,00 m³ em perfeitas condições. Tanto a empresa, quanto veículo e motorista devem estar registrados, licenciados e certificados para tal atividade conforme definições do INEA, obedecendo a toda a legislação vigente.

12.1-2. Ao chegar ao aterro, será realizada a **pesagem**, descarregamento e emissão dos tickets, garantindo rastreabilidade.

12.1-3. Os veículos retornarão imediatamente à estação de transbordo para manter o fluxo contínuo.

12.1-4. Atualmente, o transporte será feito até o aterro da empresa MTR MADALENA TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS LTDA, inscrita no CNPJ 07.728.032/0001-57, com sede à Estrada Genílio Villar Barbosa, s/n, Santa Maria Madalena/RJ, CEP: 29770-000, distante 91,6Km (estrada) da sede da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, conforme CONTRATO Nº 070/2024, Processo Administrativo nº 3.901/2023.

13 - Todas as cargas de resíduos deverão ser pesadas em balança devidamente aferida pelo INMETRO, com emissão de tickets contendo peso bruto, tara e peso líquido. Os tickets deverão ser entregues mensalmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, servindo como base exclusiva para a medição e o pagamento dos serviços.

14- Periodicidade

14.1- A execução dos serviços deverá observar a periodicidade, os roteiros, os dias e os horários estabelecidos nos Anexos A e B do Termo de Referência, garantindo a regularidade, continuidade e eficiência da coleta dos resíduos sólidos urbanos, da coleta seletiva, do transbordo e do transporte até a destinação final.

14.2- O transporte dos resíduos descarregados na Estação de Transbordo deverá ser realizado de forma contínua, em prazo compatível com a demanda gerada, de modo a **evitar acúmulo de resíduos**, mau cheiro, proliferação de vetores, riscos ambientais e prejuízos à salubridade pública.

14.2-1. A periodicidade dos serviços poderá ser ajustada, a critério da fiscalização, em razão de fatos supervenientes, tais como eventos, variações sazonais, aumento de demanda ou necessidades operacionais, desde que mantidas as condições do objeto contratual e formalizada a alteração por meio de comunicação oficial.

15. Planejamento, Frequência e Horário

15.1-1. Os serviços regulares serão orientados por roteiros previamente definidos e as equipes sob demanda trabalharão conforme plano apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE.

15.1-1.1. Qualquer alteração que a Empresa Contratada julgar necessária e pertinente, para a melhor execução dos serviços, deverá antes da sua implementação submeter à análise e aprovação da Contratante para sua formalização mediante aditivo contratual.

15.1-1.2. Quando ocorrer alteração no Plano de Trabalho a CONTRATADA providenciará prévia comunicação aos munícipes de forma individual, através de aviso impresso, ou outra forma de divulgação previamente aprovada pela Prefeitura, a cada residência ou estabelecimento abrangido pela alteração, em um prazo de até 72 (setenta e duas) horas, antes da implantação da alteração dos serviços.

15.1-2. Nenhum serviço poderá sofrer descontinuidade durante a implantação das eventuais alterações.



15.1-3. A CONTRATADA deverá promover, às suas expensas e em conformidade com a legislação pertinente, a mais ampla divulgação possível, do horário, frequências e locais em que os serviços contratuais serão executados.

15.1-3.1.1.1.- Materiais a serem disponibilizados

Instalações, Ferramentas, Materiais, Veículos e Equipamentos

1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

15.1-3.2. Instalações: Caso a empresa contratada decida pela instalação de edificações no município para acompanhamento de suas atividades, as despesas necessárias para tanto serão de sua inteira responsabilidade.

15.1-3.3. Ferramentas e Materiais: Será de responsabilidade da contratada, todos os Equipamentos bem como todos os materiais para a perfeita execução dos serviços ora descritos.

15.1-3.4. Dos Veículos:

15.1-3.4.1. Os veículos automotores com os equipamentos adequados e necessários a cada tipo de serviço deverão ser dimensionados de forma a ser suficientes, em quantidade e qualidade, para atender, de maneira adequada, a prestação dos serviços propostos conforme previsto no item 7.2.

15.1-3.4.2. Os veículos automotores equipados, a serem apresentados pela proponente para a realização dos serviços, deverão ser adequados e estar disponíveis para uso imediato, no momento da assinatura do Contrato, mediante vistoria prévia da Prefeitura, ou seja, os equipamentos deverão estar devidamente instalados nos chassis e os conjuntos em boas condições de operação.

15.1-3.4.3. Ao longo do Contrato, os equipamentos deverão ser mantidos com todos os seus componentes funcionando nas mesmas condições especificadas, não obstante o desgaste normal por uso, inclusive as unidades de reserva.

15.1-3.4.4. A CONTRATADA deverá aplicar um Plano de Manutenção para os veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados, baseado em programa de manutenção preventiva e corretiva, programa de serviços internos e externos, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção), programa de controle de itens de segurança (iluminação, pneus, dentre outros.), devendo providenciar a substituição imediata, quando observada qualquer irregularidade.

15.1-3.4.5. Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras, emissão de gases e demais normas reguladoras do tráfego de veículos e aprovados anualmente pelos órgãos competentes.

15.1-3.4.6. Todos os veículos coletores deverão possuir equipamentos mínimos de segurança, de acordo com a NBR 12980:1993; 13221:2003, tais como: jogos de cones para sinalização, bandeirolas e piscapisca; lanternas traseiras suplementares; estribo traseiro de chapa xadrez, antiderrapante; extintor de incêndio extra; buzina intermitente acionada quando engatada a marcha ré do veículo coletor.

15.1-3.4.7. Todos os veículos coletores deverão ser guardados em locais adequados, sendo proibido o estacionamento em vias públicas urbanas com habitações. Os veículos prestadores de serviço de utilidade pública apenas gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, quando em atendimento na via, desde que devidamente sinalizados, conforme previsto no art. 29, VIII, do CTB.

16- Pessoal

16.1- Competirá à Empresa Contratada a admissão do pessoal, como motoristas, técnicos, ajudantes, coletores, varredores e encarregados – necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua exclusiva conta, todos os encargos necessários e demais por exigência das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza.

16.2- A Contratada deverá indicar funcionário responsável e de fácil localização e acionamento para supervisão e manutenção dos equipamentos e guarda do material necessário para perfeita execução dos serviços descritos, sendo este funcionário determinado como o encarregado.

16.3- Os empregados da CONTRATADA deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

16.3-1. A fiscalização poderá solicitar a substituição ou suspensão, que deverá se realizar dentro de 24 (vinte e quatro) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se



a dispensa der origem à ação judicial, a Prefeitura Municipal não terá em nenhum caso qualquer responsabilidade.

16.3-2. Entende-se como “empregado” qualquer funcionário ligado, direta ou indiretamente, à CONTRATADA para execução dos serviços objeto do presente ajuste.

16.3-3. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado ao pessoal da Empresa Contratada, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

16.3-4. É terminantemente proibido aos empregados da Empresa Contratada fazer catação ou triagem entre os resíduos coletados pela coleta domiciliar, de varrição, para proveito próprio.

16.3-5. É proibido o consumo de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie.

16.3-6. Caberá a Empresa Contratada apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os seus funcionários devidamente treinados e uniformizados, providenciando equipamentos e veículos suficientes para realização dos serviços.

17. Uniformes

17.1-1. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

17.1-1.1. A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras contra chuva e frio e demais equipamentos de segurança individual quando a situação os exigir, conforme Normas do Ministério do Trabalho e da ABNT.

17.1-1.2. Ao longo da execução dos serviços a equipe deverá contar com Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e uniformes: Colete refletor para coleta noturna (caso haja a necessidade de coleta noturna); calça e camisa de brim; luva de raspa de couro; calçado com solado antiderrapante.

17.1-1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

17.1-1.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

17.1-1.5. A Contratada deverá fornecer, gratuitamente, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, em quantidade suficiente, incluindo calça e camisa de brim, botas de segurança, luvas, bonés, capas de chuva, protetor solar, protetor auricular e colete refletivo (quando houver coleta noturna).

17.1-1.6. Cada trabalhador deverá dispor de no mínimo 3 (três) conjuntos de uniformes por ano, sendo vedado qualquer repasse de custo ao empregado.

18. **Materiais a serem disponibilizados:** A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços contratados.

19. ITENS NOVOS

19.1-1.1. Caso verifique-se a necessidade, devidamente justificada, da prestação de eventuais serviços ou itens não previstos (ITENS NOVOS), será feito com base no custo unitário constante no sistema EMOP ou SCO-RIO, acrescido do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

19.1-1.2. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP ou SCO-RIO, terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente.

20. **Especificações da garantia do serviço (art. 40, §1º, inc. III, da Lei 14.133, de 2021):** O prazo de garantia contratual dos serviços para ambos os lotes é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

21. Programa de Trabalho

21.1-1. A Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 5 (dez) dias corridos antes do início da execução dos serviços, um Programa de Trabalho detalhado, contemplando todas as etapas, métodos e recursos que serão empregados nas atividades de coleta de resíduos sólidos



urbanos, volumosos e coleta seletiva de materiais recicláveis. Esse documento tem a finalidade de assegurar o planejamento adequado das operações, a organização das rotinas e a eficiência na prestação dos serviços, possibilitando ao Município acompanhar e validar previamente as diretrizes operacionais que serão adotadas.

21.1-2. O Programa de Trabalho deverá conter, no mínimo:

- a- Apresentação clara das atividades a serem executadas, abrangendo a coleta de resíduos domiciliares, comerciais e públicos, bem como a coleta seletiva, considerando suas especificidades operacionais;
- b- Indicação dos bairros, vias e setores atendidos, com a programação dos dias e horários das coletas, de modo a garantir regularidade, eficiência e cobertura total das áreas previstas. No caso da coleta seletiva, item 3, os bairros serão os indicados no Anexo B do Termo de Referência.
- c- Relação dos veículos, equipamentos, ferramentas e demais materiais que serão utilizados na execução dos serviços, especificando quantidade, capacidade, condições de utilização e rotinas de manutenção preventiva e corretiva;
- d- Apresentação do quadro de pessoal envolvido na execução dos serviços, incluindo funções, qualificações e dimensionamento da equipe, de forma a assegurar que os trabalhos sejam realizados de forma segura e eficiente;
- e- Descrição dos métodos de trabalho, da rotina operacional, do fluxo de coleta e destinação dos resíduos, bem como dos protocolos de segurança e saúde ocupacional, observando normas ambientais e regulamentações vigentes;
- f- Metodologias que serão empregadas para acompanhamento da execução, registro dos serviços realizados, relatórios, controles de pesagem, rastreabilidade dos resíduos e comunicação com os fiscais;
- g- Medidas preventivas e corretivas para situações emergenciais que possam comprometer a continuidade dos serviços, como falhas mecânicas, intempéries ou indisponibilidade operacional.

22. **TRANSIÇÃO CONTRATUAL:** O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, vedada, contudo, a subcontratação do item 1 da Tabela 1.2, por se tratar da parcela de maior relevância, devendo este ser executado diretamente pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - A subcontratação não exime a contratada de qualquer responsabilidade, permanecendo esta integralmente responsável pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais, ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais, bem como pela qualidade, regularidade e continuidade dos serviços.

Parágrafo Segundo - Eventuais falhas ou irregularidades decorrentes da atuação da subcontratada serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não podendo a subcontratação resultar em interrupção ou descumprimento do contrato.

Parágrafo Terceiro - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Quarto - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários, bem como se possui as devidas licenças para a execução do objeto.

Parágrafo Quinto - O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.



Parágrafo Sexto - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo Sétimo - Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária, independente de culpa, por todos e quaisquer atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, situado à Praça Governador Roberto Silveira, 44 - Centro, Bom Jardim, RJ - Brasil - CEP 28.660-000.

Parágrafo Primeiro - Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

Prazo de pagamento

Parágrafo Segundo – O pagamento será efetuado no prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 4.441, de 23 de fevereiro de 2023:

I - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

II - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Parágrafo Quarto – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Parágrafo Quinto - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Sexto - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Oitavo - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Nono - Para efeitos de medição serão consideradas as quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Contratante.

1 O pagamento será efetuado sobre os serviços efetivamente executados.

2 O pagamento será acompanhado das respectivas memórias de cálculo apresentadas nos tickets de pesagens;



Parágrafo Décimo - O valor do pagamento será obtido mediante aplicação dos preços unitários constantes da planilha de orçamento, integrante do contrato, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Prefeitura.

Parágrafo Décimo Primeiro - Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo - Preços unitários são os valores correspondentes à realização de uma unidade de serviço. Todos os custos que decorrem da contratação estão explicitados na Planilha de Composição de Custos em Anexo ao Termo de Referência – Anexo I do Edital (Planilha Orçamentária), como a Descrição dos Serviços com seus Códigos e o Demonstrativo da Composição do BDI, que engloba a Administração Central, Seguro e Garantia, Riscos, Despesas Financeiras, Lucro Presumido e Impostos sobre o faturamento da Empresa.

Parágrafo Décimo Terceiro - Todas as medições serão realizadas mensalmente considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceção feita à primeira medição, cujo período será da assinatura do Contrato até o último dia do mês em pauta e a última medição, cujo período será do primeiro dia do mês até o término do Contrato.

Parágrafo Décimo Quarto - As medições deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, conferidas e aprovadas pela Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

Parágrafo Décimo Quinto - A CONTRATADA enviará, mensalmente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade relatório e tickets de pesagens diárias e comprovantes MTR's, correspondentes ao período a ser pago, constando os serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pelos fiscais do contrato. Deverá apresentar todos os requisitos descritos nos itens abaixo, assim como a nota fiscal quando for o caso da venda dos recicláveis:

1 Contratada deverá apresentar, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o Relatório Mensal de Execução dos Serviços, contendo, no mínimo:

- a) o cronograma e as rotas efetivamente atendidas;
- b) as datas e horários de realização das coletas;
- c) para o item 3, deverá, além da quantidade total de materiais coletados, apresentar também a quantidade total dos materiais segregados.
- d) o detalhamento dos tipos de materiais recicláveis coletados (papel, plástico, vidro, metal, entre outros), para o item 3.
- e) a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final em aterro sanitário licenciado e, em relação ao item 3, quando o material não puder ser reaproveitado, a Contratada deverá informar a quantidade descartada;
- f) identificação dos veículos e das equipes envolvidas;
- g) eventuais intercorrências registradas durante a execução.

2 Deverão ser anexados ao Relatório Mensal, como comprovação da execução para o item 2:

- a) Tickets de pesagem, emitidos pela central de triagem, reciclador ou aterro licenciado, contendo data, identificação do veículo, tipo de material e peso aferido;
- b) Comprovantes de destinação final ambientalmente adequada, consistindo em notas fiscais, recibos ou declarações emitidas por cooperativas, associações ou empresas recicladoras devidamente licenciadas, contendo CNPJ, endereço e descrição dos materiais recebidos, referentes ao item 3;
- c) Relatório fotográfico, contendo registros datados da coleta, do transporte, da triagem e da destinação dos materiais referentes ao item 3;

3 A ausência ou inconsistência de qualquer um dos documentos acima poderá implicar glosa total ou parcial do valor a ser pago, até a devida regularização.

Parágrafo Décimo Sexto - Depois de conferida a medição e atestada a nota fiscal juntamente com os relatórios e tickets de pesagem, por profissional do Município para controle físico-financeiro do Contrato, será dado prosseguimento das providências para liberação do pagamento.

Parágrafo Décimo Sétimo - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



- 1 Não produzir os resultados acordados;
 - 2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- ou

3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Parágrafo Décimo Oitavo - A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 1 Suspensão ou interrupção, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.
- 2 Recusa na execução de serviço pactuado no contrato, sem motivo justificado.
- 3 Deixar de apresentar documento fiscal com a discriminação dos serviços realizados e quantidade de resíduos recolhidos durante o período de referência dos serviços.
- 4 Deixar de cumprir quaisquer itens do contrato e seus anexos, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.

Parágrafo Décimo Nono - O pagamento pelo serviço prestado se dará por Ton/mês, considerando suas respectivas características, com base nos tickets devidamente apresentados.

Parágrafo Vigésimo – DO RECEBIMENTO

I - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

II - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

III - O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

IV - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

VI.1 - O fiscal do contrato deverá analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

V- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

VI - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

VII - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

VIII - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

IX - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

X - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

XI - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

XI.1 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



XI.2 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

XI.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

XI.4 - Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

XII - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

XIII - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

XIV - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas com a seguinte dotação orçamentária: P.T.: sendo: PT. 02.140.184520035.2.083, N.D.: 3390.39.00.00, conta 2334, 2335 e 2336, sendo os créditos orçamentários do ano de 2027 consignados no orçamento próprio.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTES DOS PREÇOS

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Parágrafo Primeiro - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO DO CONTRATO

Será Gestora deste Contrato a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, representada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado por Portaria publicada no veículo de imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



Parágrafo Terceiro - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Quarto - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Quinto - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Parágrafo Sexto - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

Parágrafo Sétimo - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

Parágrafo Oitavo - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

Parágrafo Nono - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Parágrafo Décimo - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Parágrafo Décimo Primeiro - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Parágrafo Décimo Terceiro - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Décimo Quarto - O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Décimo Quinto - A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para execução da atividade.

CLÁUSULA NONA - FISCAIS DE CONTRATO

Serão Fiscais do contrato e dos contratos dele derivados, os servidores a serem nomeados por portaria para esse fim, ou por seus respectivos substitutos.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Parágrafo Segundo - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

Parágrafo Terceiro - Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Parágrafo Quarto - A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Parágrafo Sexto - O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

Parágrafo Sétimo - A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

Parágrafo Oitavo - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

Parágrafo Nono - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Parágrafo Décimo - O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Parágrafo Décimo Primeiro - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

Parágrafo Décimo Segundo - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

Parágrafo Décimo Terceiro - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Parágrafo Décimo Quarto - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Parágrafo Décimo Quinto - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Parágrafo Décimo Sexto - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Décimo Sétimo - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Parágrafo Décimo Oitavo - A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Parágrafo Décimo Nono - A Contratada deverá manter registro dos empregados contratados para execução do presente contrato, ainda que não aplicável o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, devendo entregar as informações correspondentes sempre que solicitados

Parágrafo Vigésimo - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

- 1 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, bem como toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato ou através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, exigindo seu fiel e total cumprimento, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa.
- 3 Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.
- 4 Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual, penalidades previstas no contrato e na Lei.
- 5 Relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada (preposto).
- 6 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos.
- 7 Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato.
- 8 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 9 Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
- 10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.
- 12 A fiscalização deverá manter registros próprios do cumprimento da programação estabelecida para a coleta de RSU nas localidades especificadas.
- 13 A fiscalização deverá manter registros próprios de transbordo de RSU, como quantidade, dia, horário e veículo.
- 14 Disponibilizar canal de comunicação para atendimento e reclamações sobre a coleta da RSU.



15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

1 Observar conduta adequada na utilização dos materiais, uniformes, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços, conforme normas protocolares para Segurança do Trabalho e Acordos de Ajustamento de Conduta em vigência.

2 Implementar, de forma adequada, a execução dos serviços e realizar a supervisão permanente, de forma a obter uma operação correta e eficaz, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pela Contratante.

3 Fornecer conjunto de uniforme a cada profissional que atuará na execução dos serviços, assim como o EPI e EPC necessário a cada um, de acordo com a atividade a ser realizada, gratuitamente, procedendo a sua reposição periódica, constado no uniforme: A Serviço da Prefeitura de Bom Jardim.

4 Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

5 Atender, prontamente, às solicitações e observações feitas pela fiscalização do Contrato, que poderá recusar ou determinar que o serviço seja feito de outra maneira, a fim de atender aos padrões de qualidade.

6 A Contratada deverá cientificar, imediatamente, à Fiscalização do contrato de qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que aconteça durante a prestação dos serviços, para que esta decida ou auxilie na decisão para resolução da ocorrência e promova o registro.

7 Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em casos de emergência.

8 Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam motivadamente julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Fiscalização do contrato.

9 Substituir, no prazo definido pela Fiscalização, qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado, motivadamente, pela Contratante fora das especificações contidas no Termo de Referência;

10 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, em número compatível a quantidade de serviços a serem prestados;

11 Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

12 Responder pelos serviços que executar, na forma do contrato e da legislação aplicável;

13 Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, no total ou em partes, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

14 Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

15 Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;

16 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

17 Será de inteira responsabilidade da contratada, todos os encargos, equipamentos, bem como todo o material necessário para a perfeita execução dos serviços propostos.

18 Arcar com as despesas referentes aos tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços e mercadorias.

19 Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

20 Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA e PCMSO a todos os funcionários, quando cabível.



- 21 Como condição para celebração do contrato, a empresa vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no Termo de Referência.
- 22 Caberá a Contratada, a designação, em caráter de tempo integral, de um profissional para representá-la junto a CONTRATANTE.
- 11.18 Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.
- 23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 24 Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.
- 25 Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.
- 26 Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.
- 27 Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam as atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.
- 28 Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.
- 29 Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.
- 30 Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.
- 31 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 32 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 33 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 34 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 35 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 36 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 37 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 38 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 39 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 40 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 41 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 42 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 43 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 44 Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação.
- 45 Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação,
- 46 Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 47 Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do serviço contratado.
- 48 Caberá à Contratada a observância de todas as normas ambientais vigentes e as que vigorarão sobre as atividades licitadas.
- 49 Prestar os serviços nos endereços constantes no termo de referência.
- 50 A CONTRATADA deverá realizar o transporte intermunicipal de resíduos em caminhões devidamente cobertos com lona impermeável (LOTE 2).
- 51 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato, o Certificado de Registro no Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ou entidade/órgão equivalente do Estado do Rio de Janeiro, para todas as atividades contratadas.
- 52 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato e durante toda a execução do contrato, Certidão Negativa de Débitos Ambientais com o órgão estadual competente (do Estado do Rio de Janeiro).
- 53 Apresentar, no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato, planilha completa detalhada de composição de custos pelos serviços contratados.
- 54 Apresentar no momento da assinatura contratual à fiscalização do contrato Licenças ambientais de Operação/Ambientais expedidas por órgão ambiental competente que autorize a empresa a executar as atividades de COLETA DE RSU, TRANSBORDO e TRANSPORTE de Resíduos Sólidos Urbanos não perigosos, expedida pelo órgão ambiental competente do Estado do Rio de Janeiro.
- 55 Apresentar no momento da assinatura contratual Licenças ambientais de Operação/Ambientais expedidas por órgão ambiental competente que autorize a empresa a operar atividade de estação de transferência – ETR, expedida pelo órgão ambiental competente do Estado do Rio de Janeiro de resíduos sólidos urbanos (RSU).
- 56 A Contratada deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados contratados na execução do contrato, ainda que em caráter de não exclusividade, em especial quanto ao:
- I registro de ponto;
 - II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - III comprovante de depósito FGTS;
 - IV recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - V recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;



- VI recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- 57 A empresa deverá cumprir rigorosamente as etapas descritas no item 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 58 A Contratada deverá obedecer obrigatoriamente à regulamentação do sistema de Manifesto de Transportes de Resíduos – MTR, a qual estabelece a metodologia e que substitui a DZ1310. A norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos – NOP INEA 35 - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONAMA Nº 79, que estabelece as condições de controle da geração, transporte e destinação adequados de resíduos no Estado do Rio de Janeiro.
- 59 A CONTRATADA deverá dispor de balança, devidamente aferida, para a pesagem dos resíduos recebidos para tratamento e destinação final.
- 60 Todas as cargas de resíduos deverão ser pesadas em balança devidamente aferida pelo INMETRO, com emissão de tickets contendo peso bruto, tara e peso líquido. Os tickets deverão ser entregues mensalmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, servindo como base exclusiva para a medição e o pagamento dos serviços.
- 61 A Contratada deverá apresentar o comprovante anual de aferimento da balança.
- 62 A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório contendo a quantidade, em peso, de resíduos recebidos, bem como o comprovante da pesagem.
- 63 É obrigação da Contratada todo o Licenciamento necessário a execução das atividades.
- 64 Obrigação quanto ao Cumprimento da Convenção Coletiva
- 64.1 A Contratada deverá observar integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional envolvida na execução dos serviços. A Convenção Coletiva adotada poderá ser aquela de sua preferência, desde que corresponda à atividade desempenhada e seja válida perante as entidades sindicais competentes.
- 64.2 Para fins de comprovação e fiscalização, a Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato, no momento da assinatura do instrumento contratual, a Convenção Coletiva escolhida e vigente, bem como quaisquer aditivos, termos ou documentos correlatos que estabeleçam direitos, deveres, pisos salariais, benefícios e demais condições de trabalho.
- 64.3 A Contratada deverá comprometer-se a cumprir integralmente todas as disposições constantes na Convenção Coletiva adotada, mantendo-a atualizada durante toda a vigência do contrato, inclusive em caso de prorrogações. Deverá, ainda, apresentar novas versões sempre que houver alterações, renovações ou atualizações promovidas pelos sindicatos. O descumprimento das normas previstas na Convenção Coletiva ou a falta de apresentação da documentação exigida poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, conforme legislação e regras contratuais.
- 65 No caso de a licitante vencedora apresentar o registro no CREA de outro estado da Federação, será obrigatório à apresentação à fiscalização do contrato no momento da assinatura contratual do visto no respectivo registro pelo CREA-RJ para execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro garantia, em valor correspondente a correspondente a 05% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

Parágrafo Primeiro - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Segundo - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

Parágrafo Terceiro - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo quarto deste contrato.



Parágrafo Quarto - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Quinto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 1- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 2- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 3- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Parágrafo Sexto - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Sétimo - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser informada pela Secretaria Municipal de Fazenda, com correção monetária.

Parágrafo Oitavo - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Nono - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Primeiro - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Segundo - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1- O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Parágrafo Décimo Terceiro - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Parágrafo Décimo Quarto - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Décimo Quinto - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada. **Parágrafo Décimo Sexto** - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato. **Parágrafo Décimo Sétimo** - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput da cláusula décima primeira deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - a- Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias
 - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato p dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b- Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - d- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - e- Para infração descrita na alínea “b” do caput, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - f- Para infrações descritas na alínea “d” do caput, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - g- Para a infração descrita na alínea “a” do caput, a multa será de 05% a 30% do valor do Contrato
 - h- de 0,5% a 30%, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo -A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Primeiro – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Segundo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Segundo - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Terceiro - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quarto- O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.



Parágrafo Quinto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura contratual, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

Parágrafo Segundo - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo Quinto - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro garantia, em valor correspondente a correspondente a 05% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

Parágrafo Primeiro - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Segundo - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora

Parágrafo Terceiro - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo quarto deste contrato.



Parágrafo Quarto - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Quinto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 1- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 2- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 3- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

Parágrafo Sexto - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Sétimo - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser informada pela Secretaria Municipal de Fazenda, com correção monetária.

Parágrafo Oitavo - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Nono - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Primeiro - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Segundo - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1- O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Parágrafo Décimo Terceiro - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Parágrafo Décimo Quarto - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Décimo Quinto - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada. **Parágrafo Décimo Sexto** - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato. **Parágrafo Décimo Sétimo** - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim/ RJ para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim/RJ, XX de XXXX de 2026.

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 0941/26
FLS; _____